



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE – FEAAC
PROGRAMA DE ECONOMIA PROFISSIONAL – PEP

ÁLVARO TAVARES DE MENEZES

EVOLUÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS NAS CAPITAIS DO
NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE FORTALEZA, NO
PERÍODO DE 2010-2020

FORTALEZA

2023

ÁLVARO TAVARES DE MENEZES

**EVOLUÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS NAS CAPITAIS DO
NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE FORTALEZA, NO
PERÍODO DE 2010-2020**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Economia Profissional – PEP, da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia. Área de Concentração: Economia do Setor Público.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antônio de Castro Pereira

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M513e Menezes, Álvaro Tavares de.

Evolução de indicadores sociais e econômicos nas capitais do nordeste brasileiro: uma análise comparativa de Fortaleza, no período de 2010-2020 / Álvaro Tavares de Menezes. – 2023.

63 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Mestrado Profissional em Economia do Setor Público, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Antônio de Castro Pereira.

1. Desigualdade de renda. 2. Crescimento econômico. 3. Dificuldades sociais. I. Título.

CDD 330

ÁLVARO TAVARES DE MENEZES

**EVOLUÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS NAS CAPITAIS DO
NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE FORTALEZA, NO
PERÍODO DE 2010-2020**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Economia Profissional – PEP, da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia. Área de Concentração: Economia do Setor Público.

Aprovada em: **05 de setembro de 2023.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Antônio de Castro Pereira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Arley Rodrigues Bezerra
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

A Deus, pois é a fonte de sustentação para superar obstáculos.

Aos meus pais, Alzir e Nívia que me deram a oportunidade de chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força e resiliência em continuar firme no propósito de concluir este mestrado.

Aos meus pais Alzir Liberalino de Menezes e Maria Aurinívia da Silva Tavares que sempre incentivaram meu crescimento acadêmico, proporcionando desde sempre ferramentas suficiente para que chegasse até aqui.

À minha esposa, Viviana Ramos dos Santos pelo incentivo diário, estando sempre ao meu lado em todos os momentos.

À Instituição Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Fortaleza, pelo apoio financeiro com a manutenção do auxílio de pagamento de parte do valor do mestrado, sendo um fator de grande relevância, pois, sem essa ajuda, seria bem mais difícil cursar esse mestrado.

Ao Prof. Dr. Ricardo Antônio de Castro Pereira, pela excelente orientação e disponibilidade.

Aos professores participantes da banca examinadora Marcelo de Castro Callado e Arley Rodrigues Bezerra pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

A todos que compõem o quadro do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN) da Universidade Federal do Ceará (UFC) pela atenção e disponibilidade durante o curso.

“Tudo vale a pena se a alma não é pequena.”
(FERNANDO PESSOA – poema Mar
Português, 1934).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa de Fortaleza com as demais capitais da Região Nordeste, no período de 2010-2020. O estudo é de natureza bibliográfica e quantitativa, fundamentada em dados coletados pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Banco do Nordeste (BNB). Para isso, o método utilizado será de análise estatística dos dados, sendo analisada a evolução recente de indicadores sociais e econômicos selecionados para Fortaleza em comparação às demais capitais do Nordeste, por meio de análises da coleta de dados sobre o tema. Foi possível observar que Fortaleza teve um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano entre as capitais nordestinas, em 2010. Em relação ao indicador esperança de vida ao nascer, alcançou 74,41 anos em 2010. Em termos de saúde, a taxa de mortalidade infantil ficou entre as menores durante 2010 a 2020. No indicador domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo manteve alto percentual de cobertura. No indicador domicílios com existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário por rede geral de esgoto, obteve percentual de cobertura em torno de 70%. No indicador domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza, obteve quase 100% de cobertura. No indicador pessoas de 5 anos ou mais alfabetizadas, obteve percentual de alfabetização de 89,75% em 2011 e 90,3% em 2015. Nessa última década o cenário macroeconômico de Fortaleza teve um aumento significativo em relação ao percentual dos domicílios recenseados com famílias com rendimento médio mensal de até dois salários mínimos, com aumento de 41,02% em 2011 para 46,06 em 2015. Além disso, o número de empresas instaladas reduziu 2,14%; o número de pessoal ocupado, aumentou 1,57%; e o salário médio mensal teve aproximadamente 14,5% por cento de aumento. Por fim, a preços de 2020, o PIB real passou de R\$65,9 bilhões para R\$65,2 bilhões, aproximadamente, uma redução de 1,06% e o PIB real per capita reduziu 9,86%, no período 2010 a 2020.

Palavras-chave: Desigualdade de renda. Crescimento econômico. Dificuldades sociais.

ABSTRACT

This work aims to carry out a comparative analysis of Fortaleza, in the period 2010 to 2020. The study is of a bibliographical and quantitative nature, based on data collected by the National Household Sample Surveys, Institute of Research and Economic Strategy of Ceará and Northeast Bank. For this, the method used will be statistical data analysis, analyzing the recent evolution of recent social and economic indicators in Fortaleza in comparison to other capitals in the Northeast, through analysis of data collection on the topic. It was possible to observe that Fortaleza had one of the lowest Human Development Index among the northeastern capitals, in 2010. In relation to the life expectancy indicator at birth, it reached 74.41 years in 2010. In terms of health, the infant mortality rate was among the lowest during 2010 to 2020. In the indicator, households with piped water in at least one room maintained a high percentage of coverage. In the indicator of households with a bathroom or toilet and sanitary sewage through a general sewage network, the coverage percentage was around 70%. In the indicator of households with garbage collected by cleaning services, it obtained almost 100% coverage. In the indicator for literate people aged 5 or over, the literacy rate was 89.75% in 2011 and 90.3% in 2015. In the last decade, Fortaleza's macroeconomic scenario has seen a significant increase in relation to the percentage of registered households with families with an average monthly income of up to two minimum wages, with an increase from 41.02% in 2011 to 46.06 in 2015. Furthermore, the number of installed companies reduced by 2.14%; the number of employed personnel increased by 1.57%; and the average monthly salary increased by approximately 14.5%. Finally, at 2020 prices, the real Gross Domestic Product went from R\$65.9 billion to R\$65.2 billion, approximately, a reduction of 1.06% and the real Gross Domestic Product per head reduced by 9.86%, in the period 2010 to 2020.

Keywords: Income inequality. Economic growth. Social difficulties.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução percentual da população das capitais do Nordeste em 2022.....	27
Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 2010).....	28
Gráfico 3 - Esperança de vida ao nascer em 2010 nas capitais do Nordeste (anos)....	29
Gráfico 4 - Taxa de mortalidade infantil 2010 - 2020 (um a cada mil).....	30
Gráfico 5 - Percentual de domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo.....	31
Gráfico 6 - Percentual de domicílios com existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial.....	33
Gráfico 7 - Domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza, por situação do domicílio.....	34
Gráfico 8 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação, sexo e alfabetização (percentual).....	35
Gráfico 9 - Valor percentual do rendimento médio mensal domiciliar – até 2 salários mínimos.....	36
Gráfico 10 - Evolução percentual de empresas e de pessoal ocupado nas capitais do Nordeste em 2020 (ano base 2010).....	38
Gráfico 11 - Variação percentual do salário médio mensal nas Capitais do Nordeste 2010 - 2020 atualizado pelo IPCA a preços de 2020.....	39
Gráfico 12 - Produto Interno Bruto (PIB) real – capitais do Nordeste – 2010-2020 (a preços de 2020 em Reais).....	40
Gráfico 13 - Evolução percentual do Produto Interno Bruto (PIB) per capita real – capitais do Nordeste em 2020.....	41
Gráfico 14 - Produto Interno Bruto (PIB) per capita real – capitais do Nordeste – 2010-2020 (em Reais).....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis a serem analisadas.....	25
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População (unidades).....	51
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.....	51
Tabela 3 - Esperança de vida ao nascer (anos).....	51
Tabela 4 - Taxa de mortalidade infantil (um a cada mil).....	52
Tabela 5 - Domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo.....	53
Tabela 6 - Domicílios com existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial.....	53
Tabela 7 - Domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza, por situação do domicílio.....	54
Tabela 8 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação, sexo e alfabetização.....	55
Tabela 9 - Domicílios particulares e Valor do rendimento médio mensal domiciliar, por situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar – até 2 salários mínimos.....	56
Tabela 10 - Unidades locais, empresas e outras organizações atuantes, pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado, pessoal assalariado médio, salários e outras remunerações e salário médio mensal.....	57
Tabela 11 - Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita real – Fortaleza, Recife e Salvador – 2010-2020 (a preços de 2020 em Reais)...	60
Tabela 12 - Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita real – Aracajú, João Pessoa, Maceió, Natal, São Luís, Teresina e Brasil – 2010-2020 (a preços de 2020 em Reais).....	60
Tabela 13 - Produto Interno Bruto per capita – capitais do Nordeste – 2010-2020 (preços correntes em Reais).....	61
Tabela 14 - IPCA anual acumulado.....	61
Tabela 15 - IPCA Acumulado em doze meses (em dezembro) de capitais do Nordeste (percentual).....	62
Tabela 16 - IPCA Acumulado em doze meses (em dezembro) do Nordeste e do Brasil (percentual).....	62
Tabela 17 - Produto Interno Bruto (PIB) – capitais do Nordeste – 2010-2020 (preços correntes em mil Reais).....	63
Tabela 18 - Produto Interno Bruto (PIB) – Nordeste x Brasil – 2010-2020 (preços correntes em mil Reais).....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3	FONTES DOS DADOS E METODOLOGIA.....	25
4	RESULTADOS DA PESQUISA.....	27
4.1	Indicadores sociais.....	29
4.2	Indicadores econômicos.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	48
	APÊNDICE A – TABELAS ELABORADAS A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA.....	51

1 INTRODUÇÃO

Houve uma evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, que apresentou aumento de 23% no período 1990-2021 (VENTURA, 2022). Apesar disso, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgado em 2022 destaca que toda a sociedade ainda vivencia tempos incertos, com desafios significativos enfrentados pela comunidade internacional durante o ano de 2020, como a pandemia da COVID-19 e seus impactos sociais, econômicos e de saúde em todo o mundo, em que menciona não estarmos em uma crise pontual, a qual se poderia esperar o regresso ao normal, já que se vivencia um novo normal, com a junção de vários problemas que precisam de maior intervenção política, como crescimento das desigualdades, transformações sociais e polarização generalizada. Este relatório constatou que a educação, a distribuição de renda e a saúde, praticamente anularam a evolução conquistada, observado também na estagnação do IDH brasileiro entre 2015 e 2021, respectivamente 0,753 e 0,754.

Assim, ao questionar a relação inversa entre crescimento da taxa de desenvolvimento humano e taxa de exclusão da população que vive a margem da sociedade é que se propõe um estudo acerca da evolução dos indicadores relacionados ao IDH e outros ligados à evolução da pobreza e de indicadores econômicos em Fortaleza, no período de 2010-2020, para avaliar o avanço de programas governamentais. Assim, buscou-se estudar alternativas de avanços nos aspectos sociais e econômicos.

O aumento da pobreza tem sido um problema que atinge grande parte do Nordeste, em que se apresentam diversas áreas com um nível considerável de exclusão e problemas estruturais, identificados na grande maioria dos estados nordestinos.

Um meio para desvendar e aferir o nível dessas deficiências estruturais e para ter-se também uma forma de medir a qualidade de vida é procurar olhar as necessidades das pessoas através de indicadores relacionados à privação de renda, de abastecimento de água, de educação, de saneamento e de coleta de lixo, sendo a partir disso visualizado todo o sistema, observando-se que não somente a renda contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Para a realização efetiva do trabalho foram utilizadas informações e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão do governo federal responsável por pesquisas e informações estatísticas sociais, demográficas e econômicas e realização de censos; do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), instituição financeira do governo federal

responsável por prestar assistência financeira a empreendimentos de caráter produtivo; e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), órgão do governo do Estado do Ceará responsável por fornecer informações sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas sobre temas relacionados ao desenvolvimento econômico do Ceará.

A partir destes pode-se estimar instrumentos que analisem o desempenho social das populações nas diferentes capitais do Nordeste, sendo então possível reunir instrumentos científicos para direcionar ou mesmo realocar recursos para as áreas que apresentam uma maior deficiência, ou seja, uma população com um nível de pobreza acima do que é esperado.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral aferir os indicadores sociais e econômicos das capitais do Nordeste, com foco em Fortaleza, entre os anos de 2010 e 2020, funcionando como fonte de informação para constatar aqueles que apresentam as maiores dificuldades e que, por isso, devem merecer as maiores atenções das políticas públicas, assim como da sociedade civil e da iniciativa privada para reduzir os níveis de exclusão social atualmente prevalente, e através deles contribuir para uma vida mais igualitária para os residentes na capital do Ceará.

Como objetivos específicos, serão estimados alguns indicadores socioeconômicos nas capitais do Nordeste brasileiro entre os anos de 2010 e 2020, o que mostrará o atual estado de carência de cada um deles, para que as políticas públicas atendam prioritariamente as maiores dificuldades detectadas nessa capital. Sendo realizado um estudo comparativo de todas as capitais do Nordeste com o objetivo de identificar os indicadores que apresentam uma maior vulnerabilidade, em Fortaleza, relacionando-os a outras capitais do Nordeste.

O trabalho é estruturado em cinco partes, os quais serão definidos a seguir:

Sendo esta Introdução, a primeira parte, em que são apresentados de forma geral o estudo da evolução da pobreza e os objetivos desta pesquisa.

Na segunda parte apresenta-se todo o estudo teórico utilizado pelo autor com o objetivo de desenvolver o presente trabalho, ou seja, conceitos de desenvolvimento, de crescimento, de pobreza e de desigualdade social, além das ferramentas que foram utilizadas para se aferir os níveis tanto de desenvolvimento como de exclusão social nas capitais do Nordeste brasileiro.

Na terceira parte vai ser discutida a metodologia utilizada pelo autor, em resumo, irão ser apresentados os mecanismos utilizados para se poder aferir a exclusão e desenvolvimento, sendo que também serão apresentadas as formas como os dados foram coletados na pesquisa.

Na quarta parte serão discutidos os resultados da pesquisa obtidos pelo autor no estudo do tema, sendo confrontados com os dados obtidos. A apresentação será feita através de gráficos, destacadas as capitais que apresentam um maior nível de exclusão e as que possuem um maior nível de desenvolvimento.

A quinta parte trará as considerações finais. A partir disso serão comentados, de forma objetiva, os resultados obtidos pelo estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil é imerso em contrastes sociais e econômicos, tendo, na década de 1950, devido ao foco no crescimento econômico, aumento desses contrastes, por meio da industrialização a qualquer custo (MENEZES, 2013).

Isso, impactou em um intenso processo migratório da zona rural para a zona urbana, uma vez que as pessoas acreditavam conquistar melhores condições de vida após ingressarem no modo de produção das fábricas.

Como exemplo dessa realidade, verificou-se que na década de 1960 existia 45% da população vivendo na área urbana e em 2000 aumentou para 81,25% (IBGE *apud* LEMOS, 2008). Essa migração desordenada teve um agravante: as deficiências na qualidade de vida da população urbana, advindas da precarização de infraestrutura em geral e a consequente queda no nível de salários devido o contingente populacional.

Uma das formas de observar essa realidade é a concentração do PIB, que é o somatório das riquezas geradas internamente em bens e serviços, com base na demonstração das contas nacionais feita pelo IBGE, apresentada nas tabelas 17 e 18 do Apêndice. Ao mostrar o PIB a preços correntes de cada capital da Região Nordeste, percebe-se que a grande parte da renda do recorte está concentrada em Fortaleza, Salvador e Recife, durante o período 2010 a 2020. Tais capitais, em 2020, alcançaram os seguintes valores R\$65.160.893.000,00, R\$58.938.115.000,00 e R\$50.311.002.000,00, respectivamente. Estas três capitais representaram 55,92% do total do PIB das capitais do Nordeste.

O Brasil, em 2020, gerou um PIB nominal acima de R\$ 7,6 trilhões. Desse total, a Região Nordeste foi responsável por aproximadamente 1 trilhão, verificando-se que a maior fatia entre as capitais dessa região, entre 2010 e 2017, foi liderada por Salvador, sendo, a partir de 2018, apropriada em Fortaleza, ficando Recife em terceiro lugar, durante todo o período de 2010 a 2020.

Fortaleza, Salvador e Recife tinham, em 2020, respectivamente a seguinte fatia percentual, em relação ao PIB nominal do Nordeste: 6,04%, 5,46% e 4,66%. Já em relação ao PIB nominal de 2020, com base no total dos valores do PIB das capitais nordestinas, elas obtinham a seguinte fatia: 20,89%, 18,90% e 16,13%, respectivamente.

Em relação ao PIB per capita (Somatório do PIB dividido pela população residente), Recife tinha o maior PIB nominal per capita em 2010 e manteve a colocação em 2020. Em contrapartida, Teresina teve o menor PIB nominal per capita em 2010. Apesar disso,

figurou entre os maiores PIB nominais per capita 2020. Realidade apresentada na Tabela 13 do Apêndice.

Com vistas a aferir o desenvolvimento humano, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou no ano de 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No relatório de desenvolvimento humano de 2022 é explicitada a importância da riqueza para o homem, mas não apenas a riqueza material, sendo também citada a necessidade da educação (taxa de adultos alfabetizados e percentual de matrículas nas escolas dos diferentes níveis), longevidade (esperança de vida ao nascer), e da renda (renda média), sendo estes os indicadores do IDH.

Vale salientar que este índice também tem por objetivo hierarquizar os países filiados a ONU, todavia por relacionar intrinsecamente o conceito de desenvolvimento econômico ao conceito de desenvolvimento humano passa a apresentar falhas no aferimento de desenvolvimento humano nos países pobres por não se deter a características específicas da dinâmica destes. Por exemplo, pode-se citar a má distribuição de renda e a dificuldade em aferir a expectativa de vida ao nascer, devido aos sub-registros que acontecem em áreas carentes.

Há que se considerar que existem fatores limitantes ao desenvolvimento do país, entre eles a degradação dos recursos naturais, concentração fundiária, secas. Sendo estes agentes desestabilizadores da vida rural, motivadores da emigração desordenada. A qual, acarreta inchaço nas cidades e conseqüentemente elevado conglomerado populacional com baixo nível de renda, tornando necessário investimentos públicos em educação, saúde, saneamento e habitação.

Para Sen (2010, p. 28):

É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento 10

Ainda de acordo com Sen (2010, p.29):

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles, “meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”. Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.

Neste sentido, buscar-se-á, também, compreender que há diferenciações entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, pois o fato de haver crescimento do PIB não acarreta, necessariamente, melhoras nos aspectos sociais, como educação, saúde, moradia, dentre outros.

O estudo acerca do desenvolvimento econômico e social surgiu no século XIX com o reconhecimento da profunda desigualdade entre países que ao se industrializarem alcançaram altos níveis de bem-estar material, sendo este abrangido por grande parte da população, e países que, ao não conseguirem se organizar para a industrialização permaneceram com elevado índice de pobreza, sendo esta acarretada por intensos desníveis sociais.

Entre os muitos obstáculos ao desenvolvimento estão: 1) a dificuldade de toda a população integrar-se na economia nacional (entre outros fatores, por inexistência de um sistema de transporte eficiente que interligue, de fato, as regiões do país); 2) o isolamento social, cultural ou econômico, representado por barreiras linguísticas e religiosas entre diferentes setores da população e por subsistemas econômicos alienados do conjunto da economia nacional (empresas estrangeiras, latifúndios etc.); 3) a dificuldade de encaminhamento do excedente potencial da economia para os setores prioritários (indústria de base, transporte, energia etc.), de cujo crescimento depende todo o processo; 4) o desperdício de recursos (sob a forma de exportação de capitais, consumo supérfluo, gastos militares excessivos, especulação financeira) que, investidos, poderiam reproduzir-se e ampliar. (SANDRONI, 1994, p. 95).

Importante considerar que, como parte de uma sociedade dialética, permeada por contradições, os estudos e a ciência não são homogêneos, havendo conceituações diferenciadas. Em pesquisas relacionadas à categoria de desenvolvimento, Souza (1993) aponta a existência de duas correntes de pensamentos: uma que identifica desenvolvimento econômico com crescimento econômico e outra que os distingue, estando o desenvolvimento para além do crescimento econômico. Neste estudo utiliza-se a segunda opção analítica.

A primeira corrente considera que para um país ser desenvolvido é necessário utilizar melhor seus potenciais, como mão de obra e recursos naturais disponíveis. Esta teoria analisa crescimento econômico para países desenvolvidos ou subdesenvolvidos em um mesmo nível de comparação, sem analisar os aspectos sociais.

Furtado (1920) afirma ainda que o aumento do fluxo de renda por unidade de força de trabalho é considerado desde a época dos clássicos como o melhor indicador de desenvolvimento, restringindo este ao caráter meramente econômico.

Segundo Singer (1977, p. 23), os pensadores que acreditam nesta uniformidade entre desenvolvimento e crescimento, reconhecem o crescimento econômico como “um

processo contínuo de progresso científico e sua aplicação à técnica de produção, mediante acumulação de capital”. Contudo, o autor assevera que, embora tal afirmação tenha fundamento, se faz necessário questionar sua aplicabilidade, uma vez que não se estendeu para todos os países, concentrando-se em alguns poucos – os países desenvolvidos.

A segunda corrente compreende diferenciações essenciais entre os termos aqui analisados. Considera crescimento econômico como um processo de expansão quantitativa, enquanto o desenvolvimento enfatiza um processo de transformação qualitativa. Nesse sentido, de acordo com Singer (1977) desenvolvimento pode ser entendido como “o processo de passagem de um sistema a outro”, ou seja, passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento.

“Desenvolvimento é o resultado de um processo global de transformações revolucionárias nas relações de produção e nas condições históricas de vida de uma sociedade em suas diversas e inter-relacionadas dimensões: econômicas, sociais e culturais.” (GARCIA *apud* LEMOS, 2008, p. 44).

O objetivo do desenvolvimento é que a vida da população tenha a melhor qualidade em uma determinada região no âmbito da educação, saúde e renda.

Para Sandroni (1994, p. 81) crescimento econômico significa:

aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. E definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, a proporção da receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico.

Para o conceito do crescimento, se determina o nível de desenvolvimento de acordo com o crescimento do PIB, o que pode não ser verdade, pois a vida só em torno da expansão tecnológica, do crescimento industrial, da renda, do crescimento da riqueza em si, pode se tornar insustentável se não for levado em consideração o aspecto da qualidade de vida.

Alguns economistas afirmam que crescimento tem relação com desenvolvimento econômico e outros acreditam que havendo desenvolvimento econômico haverá crescimento, mas o contrário não seria verdadeiro, pois para haver desenvolvimento econômico é necessário que haja melhoras nos aspectos sociais e também econômicos, com o uso consciente dos recursos naturais e avanço tecnológico.

De acordo com Lemos (2008, p. 45):

Fica claro, assim, que os indicadores de quantum, isoladamente, não são capazes de aferir os níveis de bem-estar e de qualidade de vida e, portanto, de desenvolvimento,

haja vista que alguns, ou todos eles, podem estar associados a desigualdades sociais significativas. Ou seja, a sociedade pode produzir um bolo relativamente elevado e que seria repartido apenas entre uma seleta parcela da população. Pelo conceito de desenvolvimento econômico, deveria haver um envolvimento equitativo da sociedade na repartição deste bolo. Adicionalmente, essa maior participação deveria ser acompanhada de melhores padrões de qualidade de vida, que seriam aferidos por indicadores tais como: maior esperança de vida ao nascer; elevado padrão de educação; melhor acesso a serviços básicos de água potável e saneamento, baixas taxas de mortalidade infantil e de crianças menores de cinco anos, reduzidos percentuais de crianças com deficiência de peso e altura, segurança alimentar, liberdades políticas, igualdade de oportunidades para todos, independente de sexo, religião, raça, militância política, opção sexual, dentre outros direitos; segurança pessoal, que garantisse o direito de ir e vir; lazer adequado para todos.

Conforme Sandroni (1994, p. 95), desenvolvimento econômico é constituído do “crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”.

Os conceitos de desenvolvimento e crescimento têm uma relação proporcional, podendo haver crescimento econômico sem que haja melhoria do padrão vida, mas isso não vale para o contrário, pois quando há desenvolvimento também haverá crescimento.

Segundo Bresser (2008), fazendo-se um resumo do que foi abordado, pode-se afirmar que o crescimento é a amplificação da produção ou da renda de um país. Já o desenvolvimento é o crescimento aplicado nas estruturas econômicas. Dessa forma, crescimento econômico e desenvolvimento podem ter encadeamentos diferentes.

A pobreza relacionada com a desigualdade social está presente em todas as economias do mundo, com maior incidência em países com economias subdesenvolvidas. Pode-se citar como exemplo o Brasil, onde uma pessoa é considerada pobre em relação a um determinado conceito, podendo ter várias definições de pobreza relacionada a alimentação deficitária, exclusão social e ausência de bens materiais, o qual se define como uma das principais características de rendimentos e conseqüentemente de pobreza, onde verifica-se que a pobreza é caracterizada pela privação de todo tipo de condições mínimas de bem-estar social.

Conforme Singer e Ansari (1979), o potencial tecnológico existente nos países ricos é o que os diferencia dos países pobres e traz desequilíbrios econômicos, pois naqueles países são feitos investimentos internacionais, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, sendo os países ricos dotados de fatores de produção, o que explica a rapidez do progresso econômico e a manutenção dos altos níveis de produto, emprego, investimento e consumo. Nos países pobres a realidade é outra, pois existe a dificuldade da captação de

recursos, o que conseqüentemente prejudica a sustentação de altos níveis de crescimento e de desenvolvimento econômico.

Os referidos autores também afirmam que os países que começaram o processo de crescimento econômico tardiamente espelharam-se nos países anglo-saxônicos para poder queimar etapas e conseguir desenvolver sua economia rapidamente.

Nesse sentido, a redução da pobreza e da desigualdade social deve ser uma das principais preocupações das políticas sociais de qualquer governo, pois afeta a qualidade de vida da população. Além de ser um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988.

A pobreza está diretamente relacionada à desigualdade social, pois, devido à má distribuição de renda nas economias carentes, observa-se que uma minoria da população se apropria da maior proporção de renda, o que faz com que a parcela maior da população fique à margem da sociedade, sem meios que possam viabilizar o bem-estar social, o que ocorre nos países subdesenvolvidos.

Conforme seja feita a distribuição de renda, pode-se notar o grau de desigualdade social em um país, pois se pode ter um país rico onde a renda esteja concentrada, sendo a maior parcela da população constituída de pobres.

Uma das formas de redução da pobreza é que a renda seja redistribuída, aumentando a renda dos pobres, o que pode acarretar em redução no grau de desigualdade social.

Nesse sentido, segundo o Human Development Report de 1997, “pobreza significa a negação das oportunidades de escolha mais elementares para o desenvolvimento humano”, tais como: ter uma vida longa, saudável e criativa, ter um padrão adequado de liberdade, dignidade, auto-estima, e gozar de respeito por parte dos seus pares. Nesta concepção, o HDR apresenta a seguinte definição para pobreza: “pobreza significa a negação de oportunidades de escolhas mais elementares do desenvolvimento humano” (LEMOS, 2008, p. 66).

A definição de pobreza é subjetiva. Assim, de acordo com Lemos (2008, p. 67): “O conceito de pobreza envolve uma forte componente de subjetividade e até de ideologia. Assim, numa perspectiva de interpretação neoclássica, a pobreza é considerada uma condição ou um estágio de um indivíduo ou de uma família.”

Para Reed e Sheng (*apud* LEMOS, 2008, p. 67):

Por outro lado, pode-se definir pobreza numa outra dimensão, de um ponto de vista sociopolítico, como “uma relação historicamente determinada entre os grupos sociais, na qual um segmento significativo da população está privado dos meios que viabilizem atingir níveis adequados de bem-estar social.

Abordando a definição apresentada pelo Banco Mundial, tem-se que a condição de pobreza se expressa através da “posição de um indivíduo ou de uma família em relação a uma linha imaginária, cujo valor é fixado ao longo do tempo”. (LEMOS, 2008, p. 67)

Esta linha de pobreza define em determinado padrão de vida quem é pobre ou não, sendo os pobres marginalizados de meios que viabilizem conseguir melhor bem-estar-social.

Segundo Kakwani (2006), pobreza engloba as necessidades humanas mais importantes, por ser um tipo de uma privação parcial ou total das necessidades básicas dos indivíduos. Nesse sentido, um dos autores que contribuiu para essa discussão foi Amartya Sen, que, a partir da teoria das capacitações, demonstrou que uma baixa renda é apenas um dos fatores que contribuíram para a situação da pobreza, pois as privações de outras capacidades básicas, como acesso à saúde, educação, nutrição, entre outras, são igualmente importantes para a contextualização da pobreza (SEN, 2000).

De acordo com Lemos (2008), pobreza pode ser definida por três perspectivas: perspectiva do rendimento, perspectiva das necessidades básicas e perspectiva da capacidade, definidas a seguir.

- ✓ Perspectiva do rendimento: é como define se a pessoa é pobre pelo conceito da linha de pobreza, onde aqueles indivíduos que estejam abaixo dessa linha são considerados pobres e os que estiverem acima são considerados não pobres.
- ✓ Perspectiva das necessidades básicas: na qual define a pobreza através do não alcance da satisfação mínima das condições humanas (alimentação, serviços de saúde, educação, saneamento, água potável).
- ✓ Perspectiva da capacidade: avaliação preconceituosa da pobreza através da deficiência física, não posse de terras ou em pequenas quantidades, não ter possibilidade de dar um enterro digno aos seus próximos, não acesso à educação dos filhos, rendimento inferior ao necessário para alimentar a família, membros da família inaptos para ajudar em período de crise, habitação precária, ter vícios destrutivos, necessidade de ter crianças na família que precisem trabalhar para sobreviver, acesso precário ou sem acesso à alimentação de qualidade durante o ano todo, mão de obra desqualificada sujeito a trabalhar sem poder escolher.

Realizando a distinção de pobreza absoluta e relativa, o Human Development Report (apud LEMOS, 2008, p. 77) destaca que o relatório aborda duas concepções de pobreza: a pobreza relativa e a pobreza absoluta. A pobreza relativa está relacionada às comparações da posição de um indivíduo em relação aos outros na sociedade em que vive. Nesse contexto, os pobres são aqueles que estão na base da pirâmide de distribuição de renda, e essa concepção é dinâmica, pois as posições relativas estão sempre mudando ao longo do tempo. Por outro lado, a pobreza absoluta define níveis mínimos de necessidades que devem ser atendidos para que os indivíduos não sejam considerados pobres. Isso envolve o acesso a itens essenciais, como nutrição adequada, moradia adequada, educação, saneamento básico, água potável, vestuário, segurança física e trabalho digno. Todos esses elementos são avaliados com base nos preços de mercado, e os indivíduos cuja renda não permite atingir esses patamares mínimos são identificados como pobres.

Essas duas concepções de pobreza têm implicações diferentes na forma como a pobreza é medida e compreendida, sendo a pobreza relativa focada na desigualdade de renda e a pobreza absoluta centrada nas necessidades básicas não atendidas.

Sendo assim, a pobreza torna-se prejudicial não somente para os socialmente excluídos, mas para a sociedade em sua totalidade, pois apresenta uma influência de forma negativa na vida de cada pessoa.

A natureza social da pobreza implica que aqueles que vivem em estado de exclusão social não são os únicos a serem atingidos por este fenômeno socialmente induzido. Toda a sociedade também será afetada e, para tanto, existem muitas razões perfeitamente definidas, quais sejam: em primeiro lugar, grande parte da comunidade (os pobres e excluídos) se torna privada de utilizar as suas energias criativas e os seus potenciais; em segundo lugar, a pobreza, que reflete uma apropriação desigual da riqueza, sempre provoca instabilidade social, acarretando a incidência de doenças, crescimento descontrolado da população, elevação das taxas de migração e degradação dos recursos naturais, e, por consequência do meio ambiente. Portanto ao espalhar-se pela sociedade, a pobreza provocará a proliferação das submoradias, pressão nos serviços que inexitem ou existem precariamente nos centros urbanos. Obviamente que os mais afetados serão aqueles pilhados na vala comum da pobreza. Contudo, mais cedo ou mais tarde, todos serão indiscriminadamente afetados pelo estado de pobreza que se dissemina como um cancro social. Portanto, não se pode cometer a ingenuidade de imaginar que, não fazendo parte do grupo de risco, estaremos imunes e blindados aos impactos causados pela exclusão social. (LEMOS, 2008, p. 71).

Com o exposto referente a influência social da pobreza, não se pode ter uma visão limitada que somente as políticas de transferência de renda são suficientes para suprir as necessidades da população pobre, onde é notado que atualmente seja uma política muito utilizada, visto que esse tipo de política não condiciona aos indivíduos a garantia de mantê-los acima da linha de pobreza, tendo assim apenas uma forma de assistencialismo, onde não

dinamiza a sociedade, sendo necessário existir interesse por parte de todos os setores do governo, além de uma mobilização da camada da sociedade que compõem essa fatia social. Devendo essas pessoas serem identificadas e escutadas, visto que sua atuação efetiva é de extrema necessidade, pois são eles os interessados de todo esse processo de modificação da realidade atual.

3 FONTES DOS DADOS E METODOLOGIA

A área a ser estudada no presente trabalho tem foco em Fortaleza, com o intuito de se verificar o desempenho dos indicadores sociais e econômicos em comparação às demais capitais do Nordeste. Cidade que segundo dados do IBGE (2022) tem uma área de 312,353 km² de extensão e uma população de 2.428.678 pessoas.

Esta pesquisa está centrada em dados de desempenho de indicadores sociais e econômicos selecionados de Fortaleza em comparação às demais capitais do Nordeste. Assim, para a efetivação deste estudo que tenta aferir e avaliar a evolução da pobreza na capital do Ceará, no período de 2010-2020, realizou-se uma pesquisa de natureza quantitativa, uma vez que teve por recurso técnicas estatísticas (LAKATOS, 1986).

Na pesquisa utilizam-se relatórios elaborados pelo BNB por intermédio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), relatórios do termômetro da inflação do IPECE e dados publicados pelas Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD) do IBGE, compreendendo os anos de 2010 a 2020. Em que os principais indicadores a serem coletados são os especificados no Quadro 1. O período analisado foi escolhido para contribuir com uma análise dos dados mais recentes.

Quadro 1 – Variáveis a serem analisadas

Variável	Descrição	Fonte
População das capitais do Nordeste	Medida em unidades	IBGE
IDH	Combinação de indicadores entre zero e um que indica qualidade de vida nos países	IBGE
Expectativa de Vida	Medida em anos e a taxa a cada mil pessoas	ATLAS
Taxa de Mortalidade	Taxa a cada mil pessoas	IBGE
Domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo	Medida em mil domicílios	IBGE
Domicílios com existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário por rede geral de esgoto	Medida em mil domicílios	IBGE
Domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza	Medida em mil domicílios	IBGE
Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação, sexo e alfabetização	Medida em mil pessoas	IBGE

Continua

Quadro 1 – Variáveis a serem analisadas

Variável	Descrição	Fonte
Domicílios particulares e Valor do rendimento médio mensal domiciliar, por situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar – até 2 salários mínimos	Medida em mil domicílios	IBGE
Mercado de Trabalho	Número de empresas instaladas, população ocupada e salário médio mensal	IBGE
PIB e PIB per capita	Medido em Reais a preços de 2020	IPECE e BNB
IPCA	Variação em relação ao último ano	IBGE

Fonte: Elaborado pelo autor

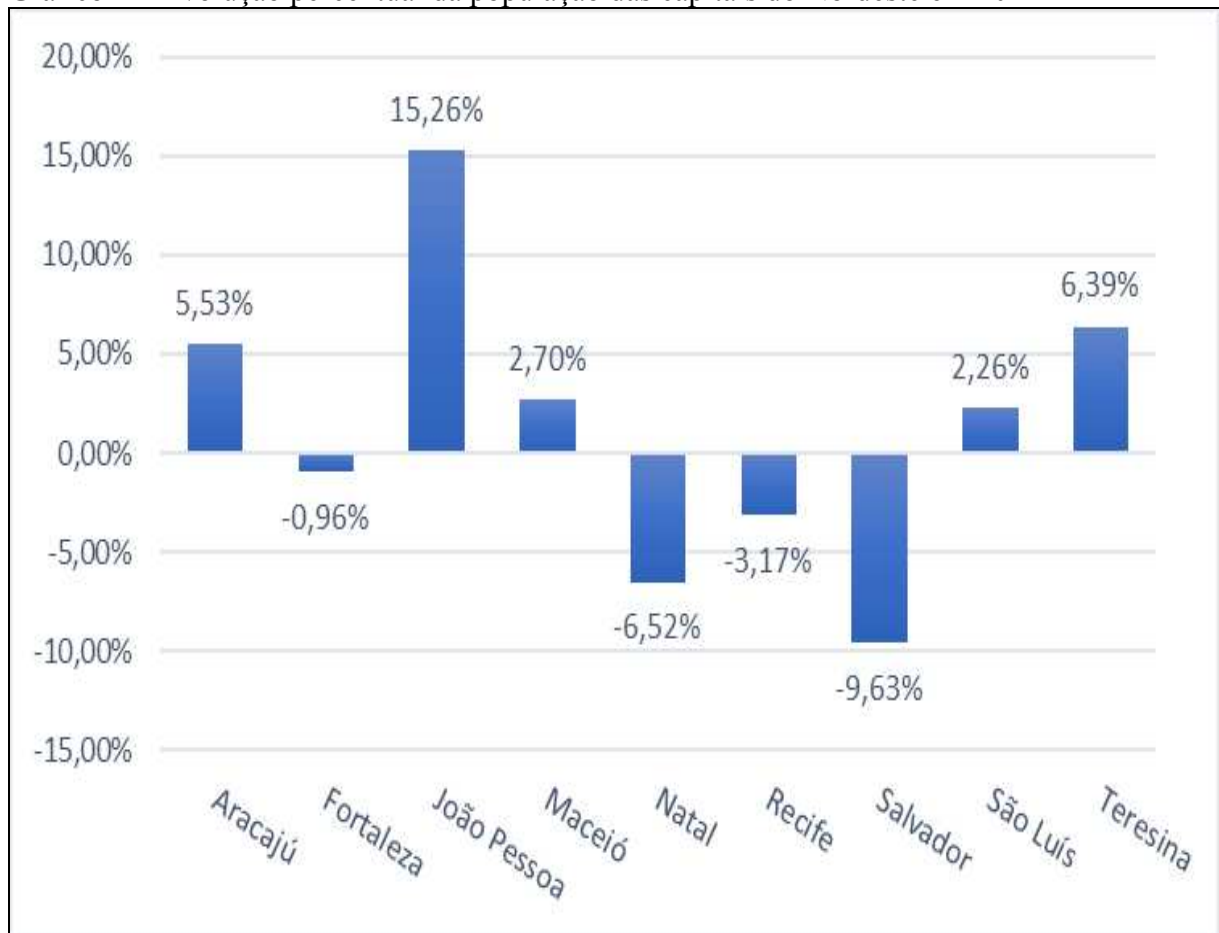
As variáveis selecionadas foram escolhidas por serem indicadores ligados a educação, saúde e renda. Assim, a partir dos dados coletados será possível analisar as potencialidades e as deficiências encontradas por Fortaleza nos últimos anos sobre a temática da evolução da pobreza.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta Seção apresentam-se as evidências encontradas no estudo. Nas tabelas do Apêndice e gráficos a seguir serão abordados dados que fomentam a discussão deste estudo, para comparar o nível de desenvolvimento econômico e social de Fortaleza em comparação às demais capitais nordestinas.

Nesse sentido, buscou-se trazer dados relacionados a indicadores econômicos e sociais, com o objetivo de analisar a tendência desses indicadores, para que seja possível observar o cenário e contribuir para a realização de políticas públicas pontuais, agindo com melhor acurácia, conforme os dados mostrados nos indicadores.

Gráfico 1 – Evolução percentual da população das capitais do Nordeste em 2022

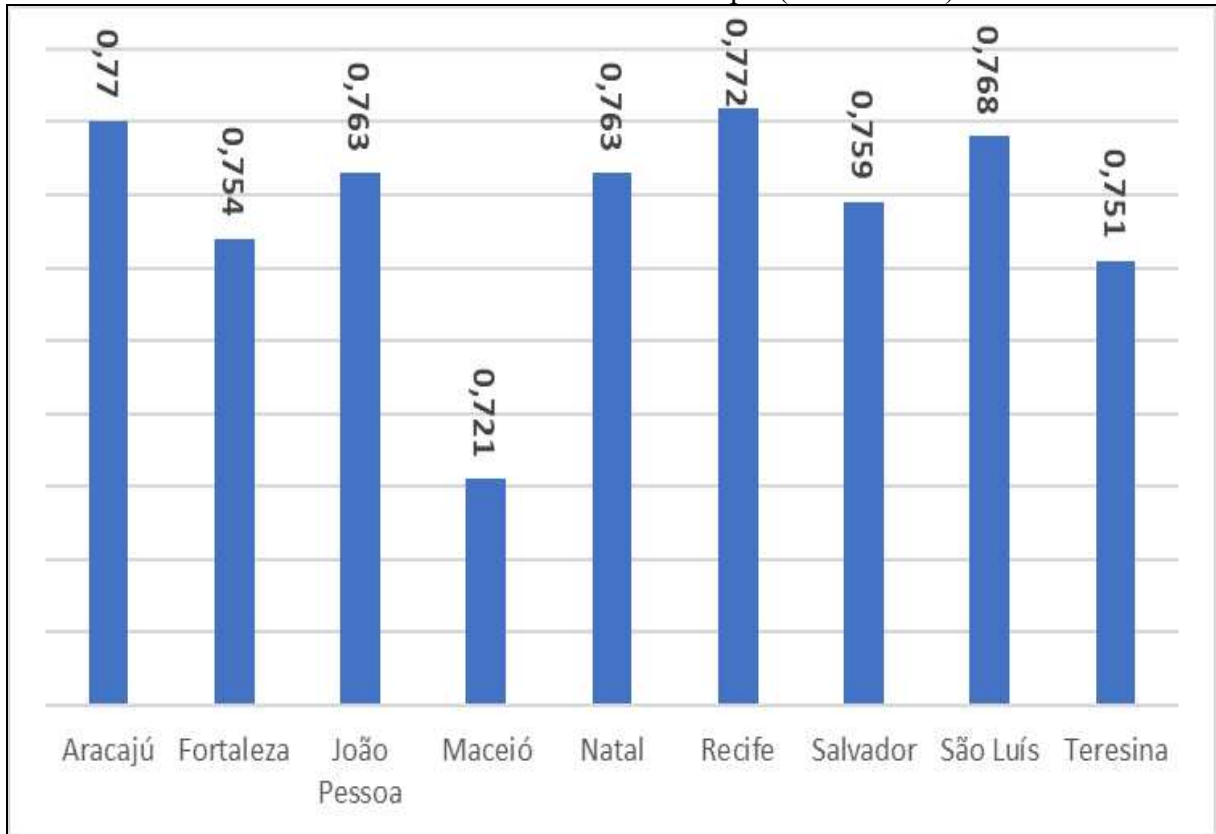


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Assim, para ter um dimensionamento inicial, aborda-se a população das capitais nordestinas durante o no ano de 2022, ao comparar com o ano de 2010, com destaque para João Pessoa, que teve acréscimo populacional estimado de 15,26%, considerando-se como

período base o ano de 2010. Em relação a Fortaleza, houve uma redução percentual em torno de 0,96%. Assim, exceto João Pessoa, as capitais nordestinas registraram pequena variação percentual em suas populações, conforme visualizado no gráfico 1 e tabela 1 do Apêndice.

Gráfico 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 2010)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, formado pelas dimensões educação, saúde e renda, é um indicador estatístico que foi criado pelas Nações Unidas para avaliar o desenvolvimento humano e o bem-estar das populações, sendo estipulado em faixas, que norteiam a situação de desenvolvimento, que variam de 0 a 1, conforme demonstrado a seguir: o IDH é considerado baixo, quando o índice for menor que 0,500; o IDH é médio quando estiver entre 0,500 e 0,799; o IDH é alto, quando estiver entre 0,800 e 0,899; e o IDH é muito alto quando se encontra igual ou acima de 0,900, conforme definido pelo Programa das Nações Unidas (PNUD).

Assim, no gráfico 2, com dados da tabela 2, verifica-se que o Índice de Desenvolvimento Humano das capitais nordestinas ficou na faixa definida como IDH médio, em 2010, último ano catalogado pelo IBGE.

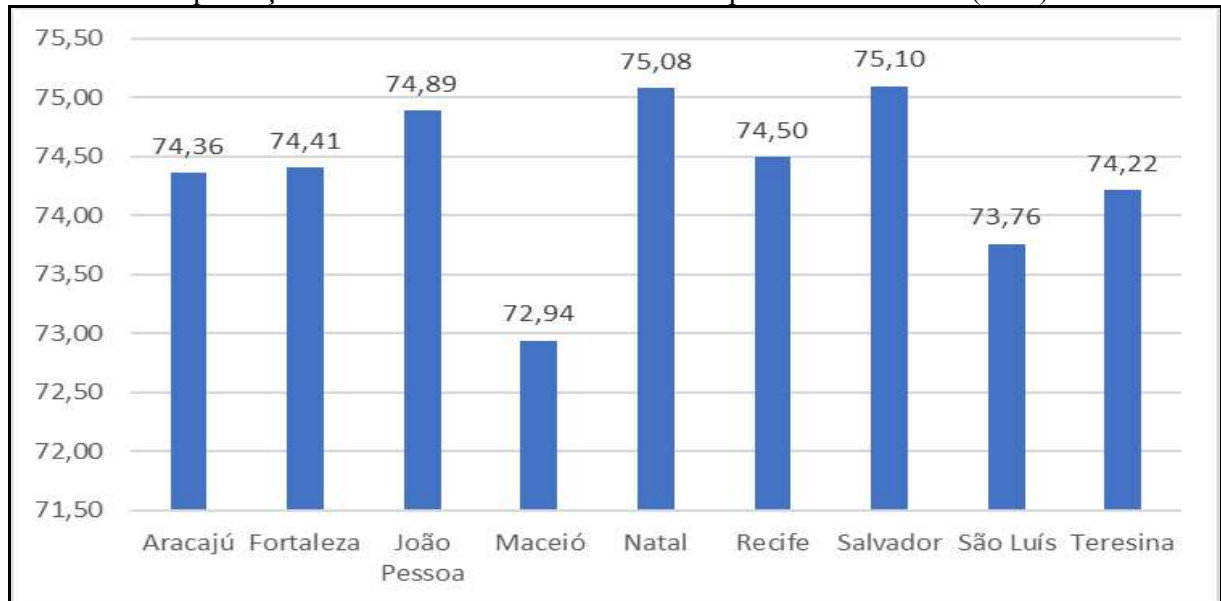
Nesse cenário não se tem grandes disparidades entre as cidades estudadas, apesar

de não ser possível verificar como foi a evolução desses dados em um período mais recente.

Assim, o que se pode extrair de análise para a capital do Ceará é que, à época de 2010, em relação ao IDHM, este somente estava à frente das capitais do Piauí e de Alagoas.

4.1 Indicadores sociais

Gráfico 3 – Esperança de vida ao nascer em 2010 nas capitais do Nordeste (anos)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Atlas Brasil

A esperança de vida ao nascer é um indicador demográfico que estima a média de anos que uma pessoa recém-nascida pode esperar viver em determinada região, assumindo-se que as taxas de mortalidade permaneçam constantes ao longo da sua vida.

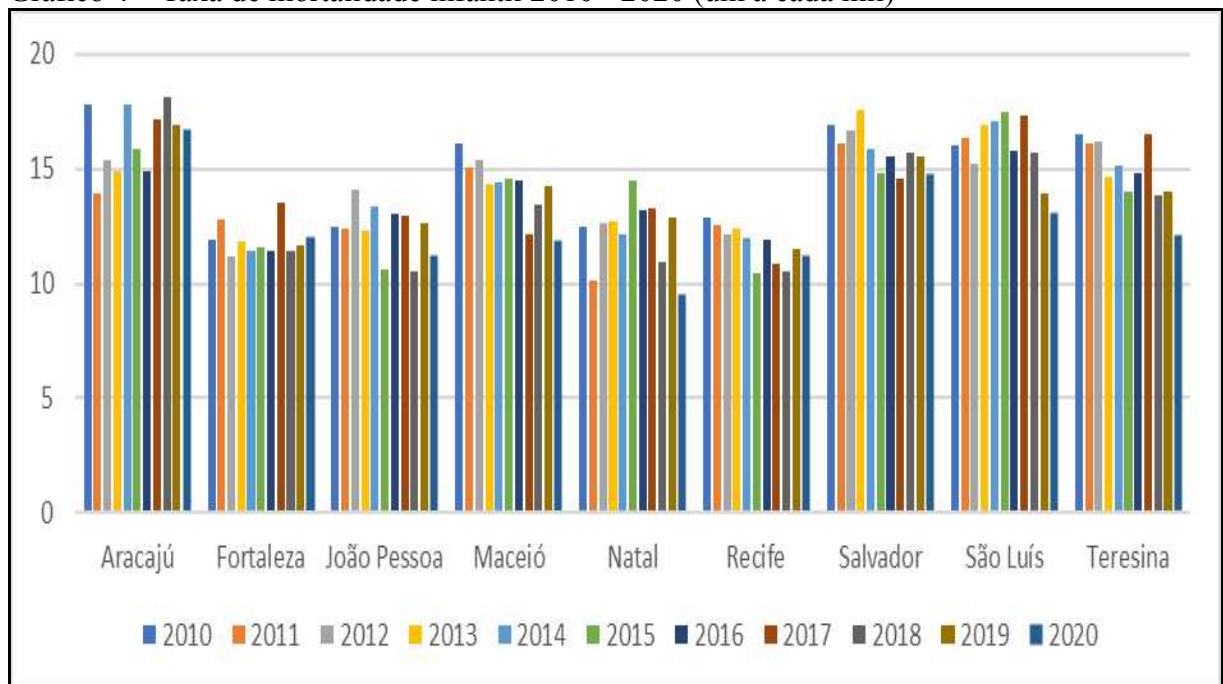
Tal indicador é muito importante para observar a qualidade de vida da população, reflexo direto das condições de vida e saúde de uma população, e amplamente utilizado para avaliar a saúde e o desenvolvimento de uma população em determinada região. Outro fator é a possibilidade de comparar a saúde e o desenvolvimento entre as regiões. Isso permite identificar desigualdades e discrepâncias nos padrões de vida e saúde.

Além disso, é adequado para observar tendências de progresso ou declínio da saúde e das condições socioeconômicas de uma população, planejar e avaliar políticas públicas em saúde e bem-estar, analisar a influência a estrutura etária da população, além de servir como alerta para problemas com a saúde pública, já que uma queda significativa na esperança de vida ao nascer pode indicar problemas graves de saúde pública, como surtos de doenças infecciosas, falta de acesso a cuidados médicos adequados ou crises humanitárias.

Nesse sentido, buscou-se observar a evolução desse indicador ao longo do período definido de estudo, mas entre 2010 e 2020, pelos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, somente tinha disponível para as capitais o ano de 2010.

Analisando especificamente Fortaleza, à época de 2010, em relação à esperança de vida ao nascer, fica demonstrado que estava classificada apenas na quinta colocação em relação às demais capitais do Nordeste, conforme visualizado no gráfico 3 e tabela 3 do Apêndice.

Gráfico 4 – Taxa de mortalidade infantil 2010 - 2020 (um a cada mil)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

A taxa de mortalidade infantil é calculada pela divisão entre o número de óbitos em crianças com menos de um ano e o total de nascidos vivos, na proporção de um a cada mil. Essa taxa é importante para monitorar e entender a eficácia das políticas de saúde pública, identificando as áreas que precisam de intervenção.

Esse indicador tende a ter taxas mais altas em regiões com menor desenvolvimento socioeconômico, em que o acesso a serviços de saúde adequados e a educação à população infantil podem ser limitados.

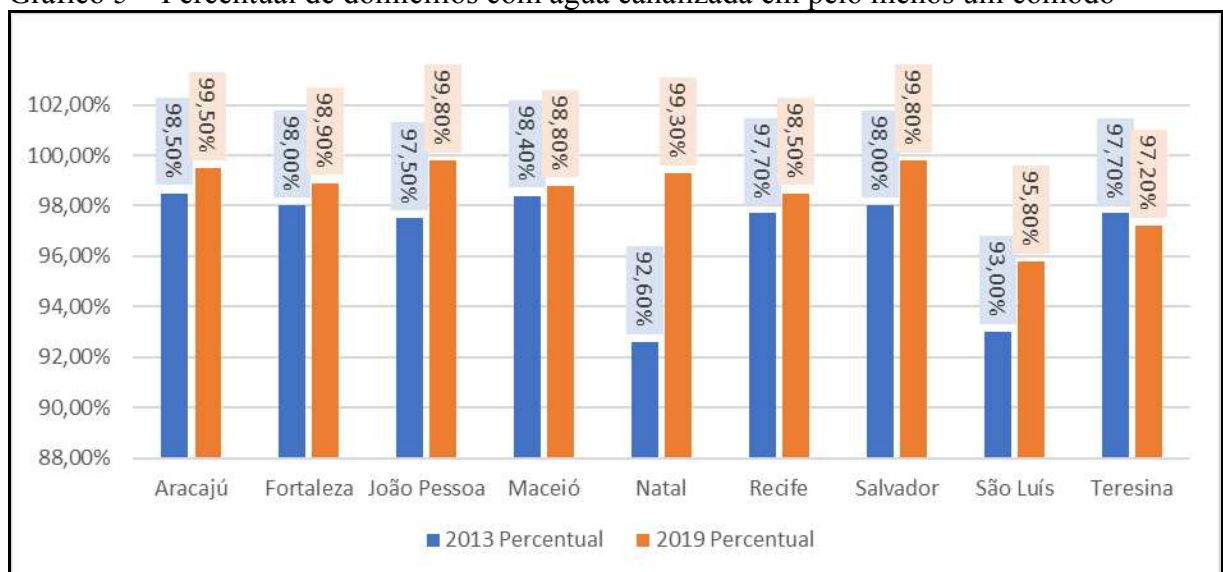
Nesse sentido, ao analisar a taxa de mortalidade infantil nas capitais da Região Nordeste, verifica-se que a maior taxa de mortalidade infantil em 2010 foi registrada em Aracajú, 17,83. Já a menor, foi em Fortaleza, 11,92, apesar de nominalmente a quantidade de óbitos em crianças com menos de um ano ter sido uma das maiores entre as capitais estudadas,

conforme visualizado no gráfico 4 e tabela 4 do Apêndice. Dentre os fatores que podem ter contribuído para esse resultado, em Fortaleza, foram disponibilidade e acesso a serviços de saúde de qualidade, qualidade dos cuidados pré-natais fornecidos às gestantes, educação da população, especialmente das mães, sobre práticas de saúde e cuidados adequados com os bebês, disponibilidade de alimentos e a nutrição adequada e políticas públicas voltadas para a saúde materna e infantil, como programas de vacinação, assistência médica gratuita ou subsidiada e a promoção de práticas de saúde adequadas.

Relativamente a 2020 houve pequenas mudanças no ranking, destacando-se o município de Natal que foi a capital do Nordeste com a menor taxa, 9,52. Na análise relativa à cidade de Fortaleza, observa-se que em 2020, apesar de manter uma taxa próxima a registrada em 2010, ficou em quinto lugar com taxa de mortalidade infantil de 12,02. Detalhadamente, a taxa de mortalidade infantil de Fortaleza, entre os anos 2010 e 2016 variou entre 11,39 e 12,8. Já em 2017 teve um aumento relevante para 13,54, retornando a média anterior até 2020.

Vale destacar que a região Nordeste como um todo teve registros de taxa de mortalidade infantil maior em média do que o demonstrado nas capitais, por exemplo, no período 2017 a 2019 a média da taxa de mortalidade infantil nessa região foi 15,3, conforme dados do boletim epidemiológico divulgado em outubro de 2021 pelo Ministério da Saúde. Ainda assim, há um desafio de reduzir as desigualdades regionais, para que haja maior redução dessa taxa de mortalidade. Tal redução é importante não apenas para o governo municipal, mas também para os Governos Estadual e Federal, visando à redução desse indicador nesses municípios.

Gráfico 5 – Percentual de domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

O acesso à água potável é um indicador importante do desenvolvimento socioeconômico de uma região. Nas capitais do Nordeste brasileiro, a disponibilidade de água canalizada pode variar significativamente de acordo com o nível de desenvolvimento, urbanização e infraestrutura local.

Algumas das capitais do Nordeste tendem a ter uma infraestrutura mais desenvolvida e melhores serviços de abastecimento de água em comparação com outras cidades menores da região. Isso pode refletir em uma maior proporção de domicílios com água canalizada.

Nesse sentido, conforme visualizado no gráfico 5 e tabela 5 do Apêndice, observa-se que quantitativamente Fortaleza teve o maior aumento de domicílios com água canalizada entre 2013 e 2019, no total de 107.340 domicílios. Já, em aumento percentual, a capital do Rio Grande do Norte que se destacou.

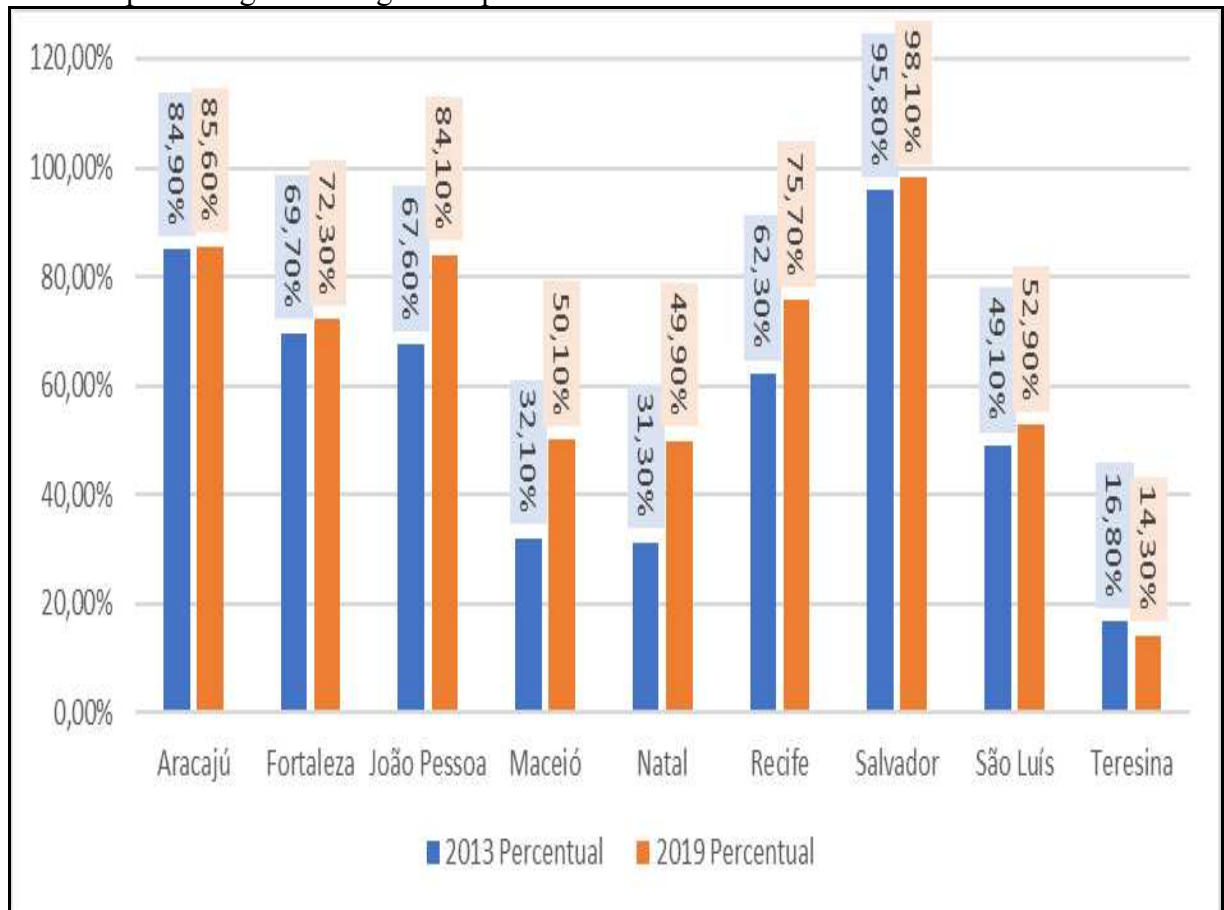
Em se tratando do indicador domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo, Fortaleza, em 2013, tinha o percentual de 98% dos domicílios atendidos e, em 2019, tinha aumentado esse percentual para 98,9%, tendo um bom nível de abrangência deste indicador em relação às demais capitais, já que, exceto Natal e São Luís, em 2013, e São Luís, em 2019, as demais capitais tinham também a faixa de abrangência de domicílios com água canalizada em torno de 98%.

No entanto, é importante destacar que, mesmo nas capitais, podem existir disparidades entre diferentes bairros ou regiões, onde algumas áreas podem enfrentar problemas de acesso à água adequada devido a questões de infraestrutura ou desigualdades socioeconômicas.

As taxas de domicílios com água canalizada nas capitais do Nordeste podem ser influenciadas por fatores, como investimentos em infraestrutura, pois a disponibilidade de água canalizada depende de investimentos em sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Consequentemente, capitais que receberam mais investimentos nessa área provavelmente apresentarão melhores indicadores; urbanização, já que capitais mais urbanizadas tendem a obter maior acesso a serviços básicos, como água encanada; desenvolvimento socioeconômico, no sentido que regiões mais desenvolvidas economicamente tendem a ter uma infraestrutura melhor, o que inclui acesso à água canalizada; e implementação de políticas públicas focadas em melhorar o acesso à água para populações vulneráveis, que pode ter um impacto positivo nas taxas de domicílios com água canalizada.

Por fim, para se ter uma ideia da importância da água para a população, em julho de 2010, as Nações Unidas reconheceram a existência do direito humano à água, conforme destaca o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, intitulado “O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica” de 2015.

Gráfico 6 – Percentual de domicílios com existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

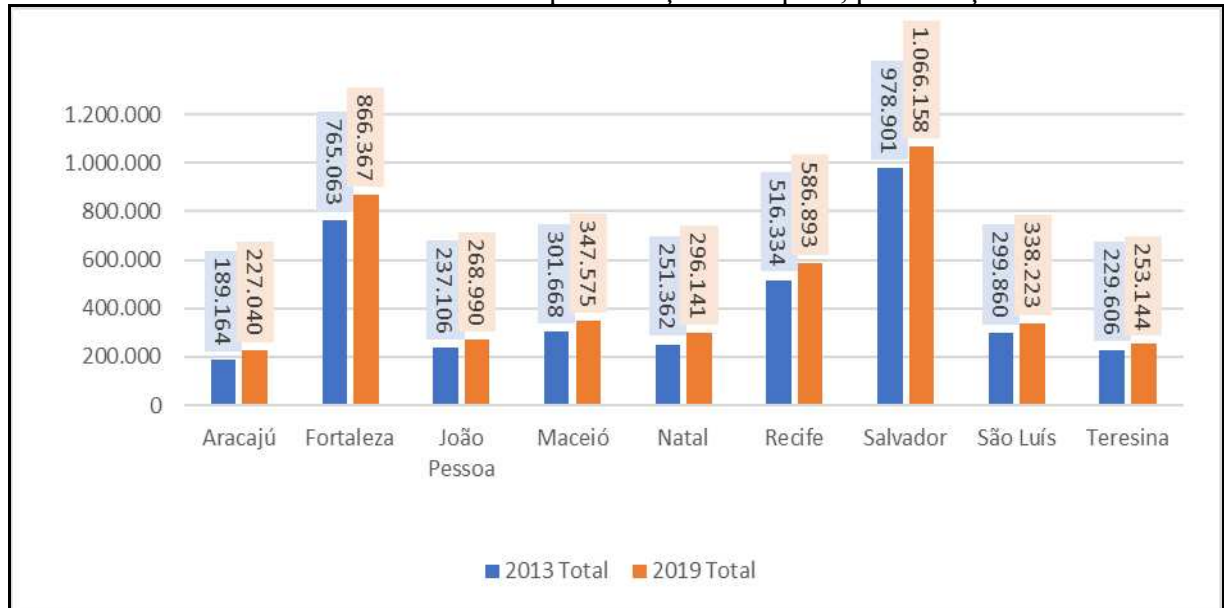
De forma geral, é possível fazer algumas considerações sobre a situação dos serviços de esgotamento sanitário, com base nos dados disponíveis no gráfico 6 e tabela 6 do Apêndice.

No que tange ao indicador que trata sobre o quantitativo de domicílios com existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário por rede geral de esgoto, Fortaleza teve o percentual de domicílios com acesso a este tipo de saneamento básico praticamente estagnado em torno de 70%, de acordo com o dado mais recente, entre 2013 e 2019. Tal abrangência está ainda longe de ser a ideal, já que tal indicador tem grande importância, pois uma localidade com grande capilaridade de sistema de esgotamento sanitário tende a ter uma

população mais saudável, reduzindo consequentemente a demanda por atendimento hospitalar.

Apesar de ter ainda muito o que melhorar nesse indicador, Fortaleza tinha em 2013 melhor posicionamento que a maioria das capitais do Nordeste, exceto Aracajú que tinha abrangência de 84,9% e Salvador com 95,8%. Esse cenário em 2019 modificou pouco, tendo sido mantida a liderança de Salvador com 98,1%, seguida de Aracajú com 85,6%.

Gráfico 7 – Domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza, por situação do domicílio



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

A aprovação do marco regulatório do saneamento básico, em julho de 2020, teve como um dos objetivos melhorar a eficiência do manejo dos resíduos sólidos, considerando a destinação adequada dos resíduos coletados, conforme previsão do artigo 35 da Lei 14.026/2020.

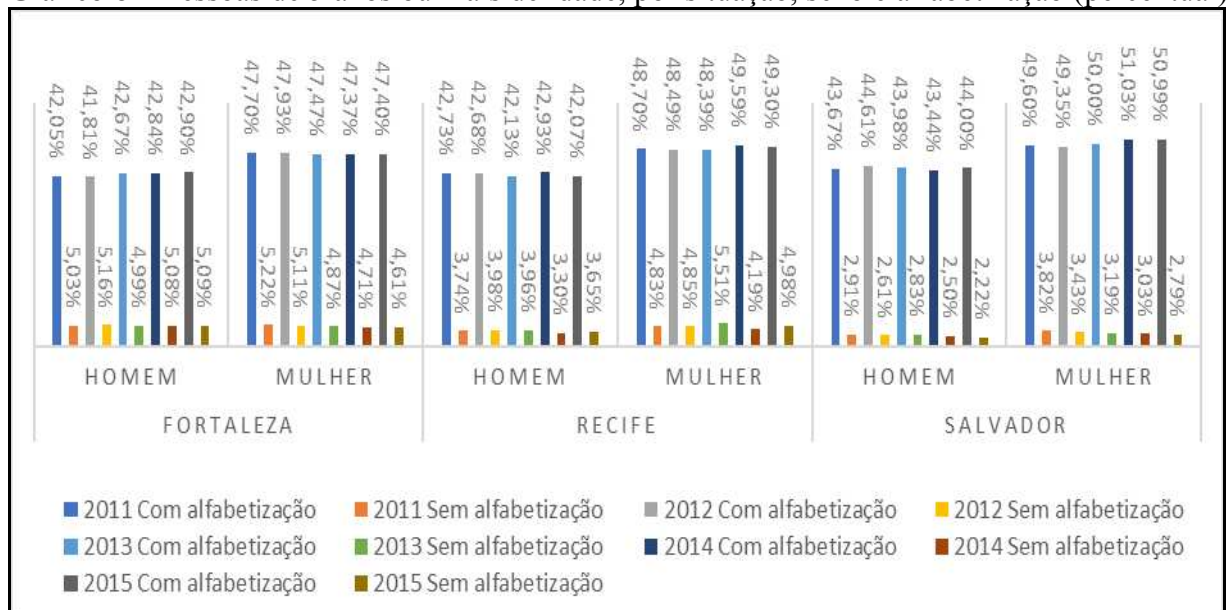
Nesse sentido, o gerenciamento de resíduos sólidos está relacionado a políticas, infraestrutura e abordagens para lidar com os resíduos gerados pela população, como coleta seletiva, em que os resíduos são separados em diferentes categorias (plástico, papel, vidro, metal, etc.) para serem reciclados ou reutilizados; e campanhas educativas sobre a importância da redução, reutilização e reciclagem de resíduos, bem como sobre o descarte adequado.

É importante notar que a eficácia do gerenciamento de resíduos sólidos pode variar entre as capitais do Nordeste devido a diferenças nas políticas públicas, na infraestrutura disponível, no financiamento e no nível de conscientização da população.

Assim, o serviço de coleta de lixo, como parte desse gerenciamento tem sido

amplamente disponibilizado pelas capitais do Nordeste, conforme demonstrado no gráfico 7, com dados da tabela 7 com dados da Pesquisa Nacional de Saúde dos anos 2013 e 2019. Nesse sentido, observa-se que quantitativamente Fortaleza teve o maior aumento de domicílios com coleta de lixo entre 2013 e 2019, no total de 101.304 domicílios. Já, em aumento percentual, a capital de Sergipe que se destacou, com aumento percentual de 20,02% em quantidade de domicílios com lixo coletado em relação ao aumento de domicílios acrescidos em Aracajú e atendidos com sistema de coleta de lixo. Além disso, destaca-se que, apesar de quantitativamente ter ocorrido aumento de domicílios atendidos por sistema de coleta de lixo em Teresina e São Luís, essas cidades, na contramão das demais capitais, reduziram o percentual de domicílios atendidos proporcionalmente com esse serviço, explico, o aumento ocorrido na quantidade de domicílios verificados nelas pelo censo com acesso à coleta de lixo em 2019 não acompanhou a proporção de domicílios atendidos em 2013.

Gráfico 8 – Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação, sexo e alfabetização (percentual)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

A alfabetização nas capitais nordestinas do Brasil, como em outras regiões do país, tem passado por avanços significativos ao longo dos anos, mas também enfrenta desafios persistentes. O Nordeste é uma região culturalmente diversificada e historicamente marcada por desigualdades socioeconômicas, o que impacta diretamente os índices de alfabetização.

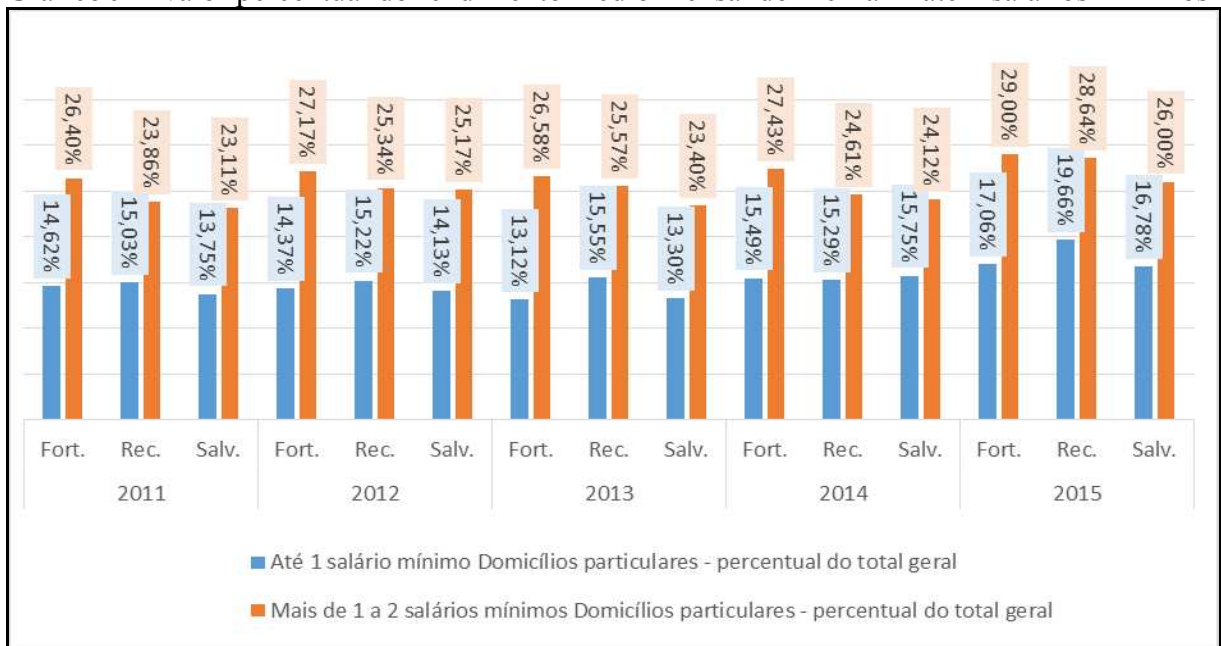
De acordo com os dados disponíveis no gráfico 8 e tabela 8, no período 2011 a 2015, as capitais nordestinas, como Salvador, Recife e Fortaleza, têm mantido um percentual com pequena variação, com destaque para uma fatia maior de mulheres alfabetizadas,

principalmente em Salvador. No geral, essas capitais têm um bom percentual, em torno de 90%, de pessoas alfabetizadas, apesar de que o ideal seria que todos tivessem acesso à educação.

Detalhadamente, observou-se que a Região Metropolitana de Fortaleza teve maior percentual de alfabetização entre mulheres alfabetizadas em relação ao total de pessoas, no período 2011 a 2015, em torno de 47,5%. Essa característica foi mantida nas regiões metropolitanas das outras duas capitais, chegando em 50% de mulheres alfabetizadas em Salvador, em relação ao total de alfabetizados. Em relação ao percentual de pessoas alfabetizadas, temos que Fortaleza manteve um percentual de aproximadamente 90% de pessoas alfabetizadas, no período verificado. Já Recife e Salvador tiveram um percentual de pessoas alfabetizadas um pouco maior, com destaque para Salvador, que obteve 94,99% de pessoas alfabetizadas em 2015.

Assim, há necessidade de efetividade na implementação de políticas e programas educacionais, para melhorar a qualidade da educação básica, incluindo a alfabetização. Algumas iniciativas possíveis são: programas de alfabetização, formação de professores, material didático adequado, incentivo à leitura, parcerias comunitárias, combate ao analfabetismo funcional, entre outras políticas públicas.

Gráfico 9 – Valor percentual do rendimento médio mensal domiciliar – até 2 salários mínimos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Essa faixa de rendimento médio mensal é importante para avaliar a distribuição de renda, identificar grupos socioeconômicos e planejar políticas públicas. Domicílios com renda

de até 2 salários mínimos frequentemente são considerados como estando em uma faixa de baixa renda ou vulnerabilidade socioeconômica.

Conforme exposto no recorte disponível no gráfico 9, nos censos de 2011 a 2015, demonstrados também na tabela 9 do Apêndice referente às capitais nordestinas Fortaleza (Fort.), Recife (Rec.) e Salvador (Salv.), já que não há dados desse quesito para as demais capitais do Nordeste, pode-se verificar uma tendência a ter parcela significativa de domicílios com rendimento mensal domiciliar de até 2 salários mínimos, ano a ano variando, com destaque para o avanço do total de domicílios com renda média mensal de mais de 1 a 2 salários mínimos, entre 2013 e 2015, época em que o país atravessava uma crise econômica.

Ao observar-se o percentual de famílias com rendimento de até um salário mínimo, junto ao percentual com rendimento de acima de um até dois salários mínimos, no caso de Fortaleza, em 2011, já havia 41,02% dos domicílios recenseados com famílias com rendimento médio mensal de até dois salários mínimos e, em 2015, esse percentual já alcançava 46,06%.

Em resumo, uma análise sobre rendimento mensal domiciliar oferece uma visão holística das finanças de uma família, permitindo uma melhor compreensão das fontes de renda, gastos e tendências ao longo do tempo. Isso é essencial para tomar decisões financeiras informadas, planejar metas de poupança e investimento, e garantir estabilidade financeira a curto e longo prazo.

4.2 Indicadores econômicos

Com o objetivo de corrigir os valores monetários da pesquisa, buscou-se dados do IPCA para as capitais do Nordeste no Banco do Nordeste, IPECE e IBGE. Apesar disso, não havia dados para todas as capitais no período proposto. Dessa forma, para aquelas capitais que não existiam dados específicos, usou-se o IPCA do Brasil.

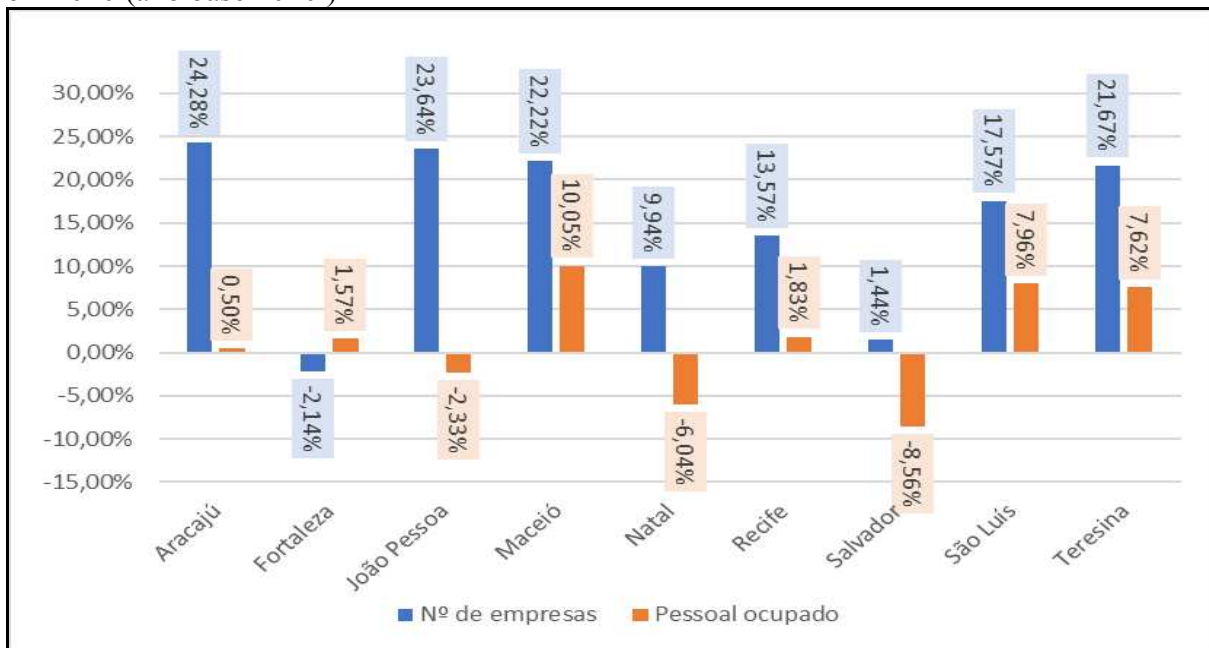
Assim, para calcular o índice de correção¹, presente na tabela 14 do Apêndice, é necessário encontrar a variação percentual do IPCA entre a data de referência (data atual) e a data em que o valor original foi estabelecido.

Ao analisar os dados relacionados aos indicadores econômicos tratar-se-á de analisar dados como o quantitativo de empresas cadastradas, quantidade de pessoal ocupado e

¹ Índice de Correção = [(IPCA na Data de Referência / IPCA na Data Original) - 1] * 100. Após isso, aplica-se o índice de correção ao valor original, usando a fórmula: Valor Corrigido = Valor Original * (1 + Índice de Correção / 100)

respectivo valor de salário médio mensal da população de cada capital do Nordeste. É importante destacar a evolução desses dados, para que se observe a tendência do crescimento econômico da região.

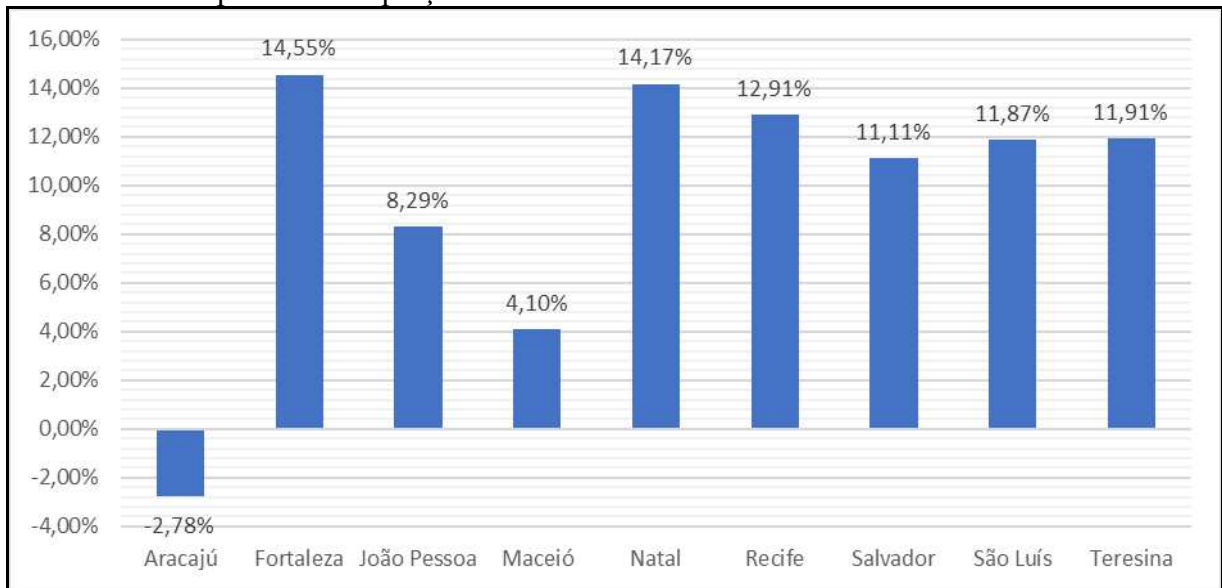
Gráfico 10 – Evolução percentual de empresas e de pessoal ocupado nas capitais do Nordeste em 2020 (ano base 2010)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Conforme verificado no cadastro central de empresas, verifica-se que, tomando por base o ano de 2010 em comparação a 2020, em relação ao número de empresas, o maior crescimento percentual foi em Aracaju, 24,28%, seguido de João Pessoa, 23,64%. Já o destaque do crescimento percentual de número de pessoal ocupado foi para Maceió, 10,05%, seguido de São Luís, 7,96% e Teresina, 7,62%, conforme visualizado no gráfico 10, com dados da tabela 10 do Apêndice.

Gráfico 11 – Variação percentual do salário médio mensal nas Capitais do Nordeste 2010 - 2020 atualizado pelo IPCA a preços de 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Para complementar esse conjunto de dados relacionados, observou-se que a evolução do salário médio mensal teria maior impacto em Fortaleza, com acréscimo nominal de 99,33% de média salarial, seguida por Natal, 98,68%, caso não fosse considerado o efeito inflacionário, conforme dados da tabela 10 do Apêndice. Entretanto, ao utilizar a calculadora do cidadão, ferramenta disponibilizada no site do Banco Central, verificou-se qual foi o fator de correção acumulado a partir de 2010 e foram atualizados os valores dos salários médios mensais, corrigindo-os pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para verificar se de fato houve ou não crescimento do salário real.

Dessa forma, foi verificado que a maior evolução real do salário médio entre 2010 e 2020 foi realmente em Fortaleza, mas no percentual de 14,55%, seguido de Natal, com aumento percentual de 14,17%. Já Aracajú, foi a única capital do Nordeste com salário médio mensal, descontado o efeito da inflação, em 2020 menor que em 2010, com redução de 2,78%, conforme pode ser visualizado no gráfico 11, com dados da tabela 10.

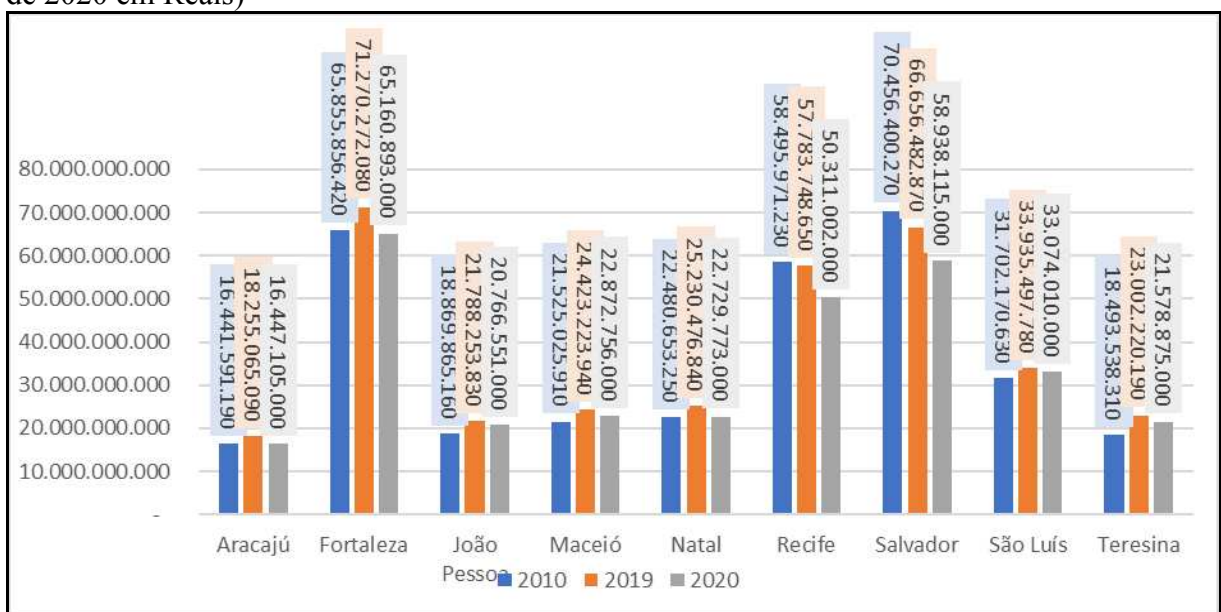
Especificamente, em relação à capital do Ceará, foram verificadas as seguintes alterações percentuais, ao comparar o desempenho verificado em 2010 em relação a 2020: para o número de empresas, houve uma queda de 2,14%; número de pessoal ocupado, aumento de 1,57%; e salário médio mensal, houve aproximadamente 14,5% por cento de aumento.

Desse cenário, levando em consideração as capitais analisadas, infere-se que apesar de os dados de número de empresas instaladas, quantidade de pessoal ocupado e

salário médio mensal aparentarem estar relacionados, já que em um primeiro momento pode-se tentar relacionar um aumento de número de empresas a um aumento de pessoal ocupado e consequentemente aumento do salário médio mensal, ao se analisar os dados não se verifica essa correlação. Não se pode afirmar que há uma evolução conjunta destas variáveis. Isso é visível, ao verificar que o crescimento percentual expressivo do número de empresas em Aracajú não veio acompanhado de expressivo número de pessoal ocupado, que teve um aumento de apenas 0,5% nessa capital. Em contraponto, Natal que teve aumento de 9,94% no número percentual de empresas, reduziu em 6,04% o número de pessoal ocupado, conforme visualizado no gráfico 11, com dados da tabela 10 do Apêndice.

Por fim, para que se possa ter com mais precisão a evolução da tendência do crescimento e desenvolvimento econômico, além da abordagem dos indicadores sociais abordados em gráficos anteriores, buscou-se avaliar o PIB real, no período 2010 a 2020, a preços de 2020, das capitais nordestinas. Isso foi possível pela disponibilidade de dados de IPCA específicos das capitais Fortaleza, Recife e Salvador em relatórios do Banco do Nordeste e do IPECE. Já para as capitais Aracajú e São Luís foram usados o IPCA do Brasil no ano 2010 e o específico em 2019 e 2020, por estarem disponíveis em relatórios do Banco do Nordeste. Porém, para demais capitais, por não haver disponibilidade de dados do IPCA, nesse período, foi usado como parâmetro o IPCA do Brasil, para que se pudesse haver uma comparação com menor distorção. A partir destes foi encontrado o PIB real.

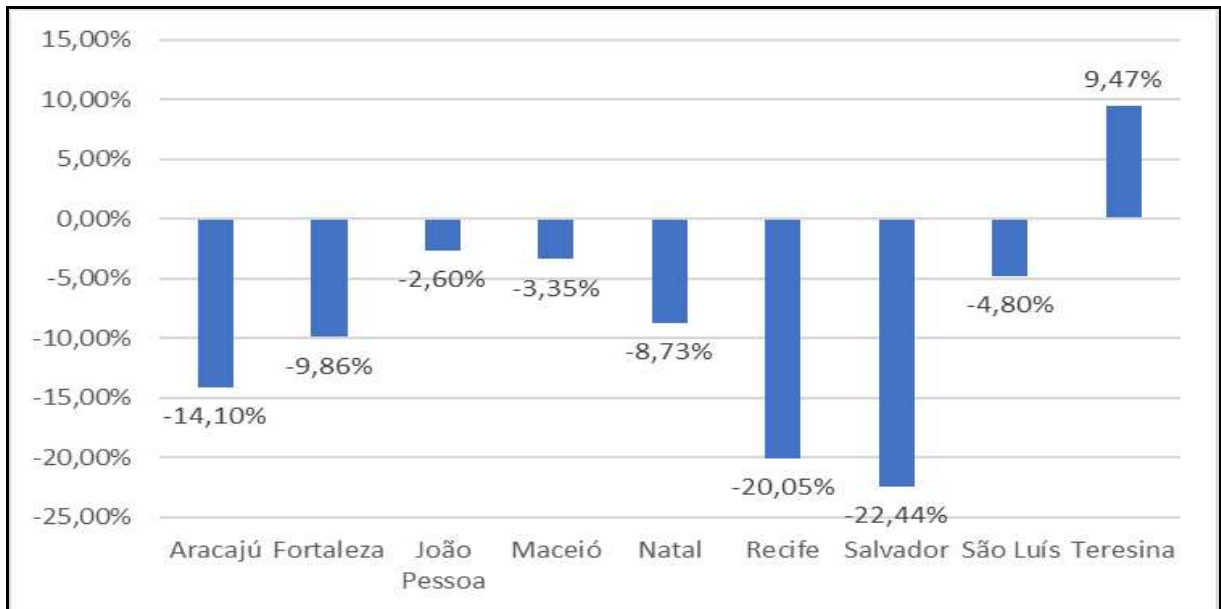
Gráfico 12 – Produto Interno Bruto (PIB) real – capitais do Nordeste – 2010-2020 (a preços de 2020 em Reais)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco do Nordeste e IPECE

Vale destacar que Fortaleza, entre os anos 2010 e 2020, teve em torno de 20% de participação em relação ao total do PIB das capitais nordestinas. Apesar disso, a preços de 2020, o PIB real de Fortaleza passou de R\$65,9 bilhões para R\$65,2 bilhões, aproximadamente, uma redução de 1,06%, entre 2010 e 2020. Com redução de 8,57% entres os anos 2019 e 2020. Dessa forma, obteve uma relevante redução do PIB real ao comparar esses dois últimos anos, dentre as capitais analisadas no período. Já, Teresina teve o maior crescimento real do PIB no período de 2010 a 2020, 16,68%, apesar da redução de 6,19% entre 2019 e 2020. Ademais, Salvador teve a maior redução do PIB real, no período 2010 a 2020, 16,35%, tendo também uma significativa redução do PIB real entre 2019 e 2020, 11,58%, conforme exposto no gráfico 12, com dados das tabelas 11 e 12 do Apêndice.

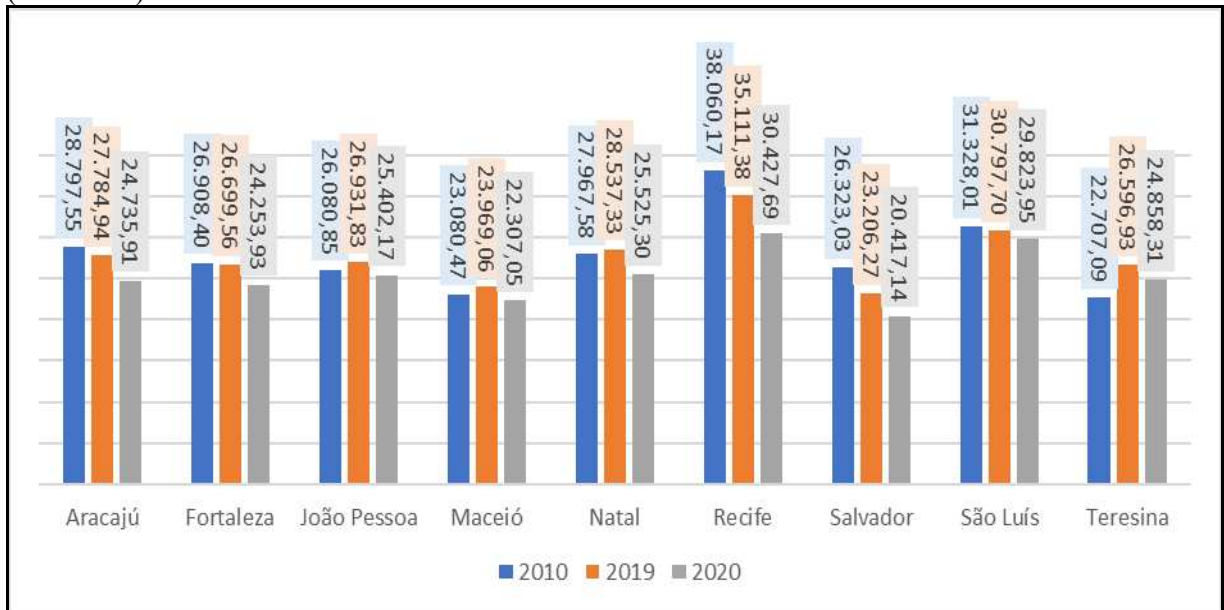
Gráfico 13 – Evolução percentual do Produto Interno Bruto (PIB) per capita real – capitais do Nordeste em 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco do Nordeste e IPECE

Já, em relação aos PIBs real per capita, a preços de 2020, a única capital que teve crescimento percentual foi Teresina com aumento de 9,47%, no período 2010 a 2020. Em relação a Fortaleza, Recife e Salvador, em termos de PIB real per capita, a preços de 2020, tais capitais reduziram 9,86%, 20,05% e 22,44%, respectivamente, ao considerar o período 2010 a 2020, ocupando a quarta, segunda e primeira colocação no que se refere ao maior nível de redução percentual, apesar de terem os três maiores PIBs nominais em 2020, conforme exposto no gráfico 13, com dados das tabelas 11 e 12 do Apêndice.

Gráfico 14 – Produto Interno Bruto (PIB) per capita real – capitais do Nordeste – 2010-2020 (em Reais)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco do Nordeste e IPECE

Porém, destaca-se que todas as capitais do Nordeste tiveram redução no PIB real e no PIB real per capita, provavelmente pela retração ocorrida pelo efeito do avanço da pandemia de COVID-19, ao comparar os anos 2019 e 2020, conforme dados presentes no gráfico 14, com dados das tabelas 11 e 12 do Apêndice.

Finalizando a análise, em parâmetros de crescimento do PIB real e do PIB real per capita, a preços de 2020, o Brasil teve um aumento percentual de 12,54% e 1,70%, respectivamente, entre 2010 e 2020. Além disso, ao comparar os anos 2019 e 2020, ocorreu redução de 1,47% e 2,00%, respectivamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa de Fortaleza com as demais capitais da Região Nordeste, no período de 2010-2020. Mais especificamente o que se tratou foi: i) analisar a evolução dos indicadores de crescimento como renda, número de pessoal ocupado, número de empresas, PIB e PIB per capita nas capitais do Nordeste; ii) analisar a evolução dos indicadores sociais como o IDH, IDHM; iii) avaliar a evolução de indicadores relacionados ao acesso dos nordestinos à esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade infantil, saneamento básico, coleta de lixo, alfabetização. Tais indicadores ajudam a analisar o rumo que as políticas econômicas e sociais de Fortaleza devem tomar, levando-se em consideração os seus pares do Nordeste.

Os resultados da pesquisa revelam um quadro complexo e multifacetado das condições socioeconômicas nas capitais do Nordeste. As desigualdades e disparidades são notáveis em vários aspectos, destacando-se a pobreza e a falta de acesso a recursos básicos em algumas regiões.

Em relação ao emprego e renda, observamos uma variação significativa entre as capitais. Algumas apresentam menor oferta de oportunidades de trabalho, em aspectos de quantitativo de empresas instaladas e de pessoal ocupado, contribuindo, provavelmente, para a persistência da pobreza.

O Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Interno Bruto per capita refletem o nível de desenvolvimento econômico das capitais. Verifica-se que algumas capitais alcançaram maior crescimento econômico, em termos reais (Teresina, João Pessoa e Maceió), o que pode estar associado a políticas públicas eficazes e investimentos estratégicos. No entanto, há outras capitais em que o crescimento econômico ainda é limitado, em termos reais (Recife e Salvador), refletindo a necessidade de medidas adicionais para estimular o desenvolvimento. Já, ao observar os dados de Fortaleza, tem-se que, no período de 2010 a 2020, não houve grande avanço, já que, nessa perspectiva do PIB, praticamente manteve os mesmos valores.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador abrangente que considera não apenas o aspecto econômico, mas também a educação e a saúde. As disparidades entre as capitais do Nordeste são notórias nesse quesito, indicando que algumas regiões têm melhores condições de vida e acesso a serviços básicos, enquanto outras enfrentam desafios significativos na melhoria da qualidade de vida de sua população. Em

relação a esse índice, Maceió é a capital com menor valor do índice, destoando muito da realidade dos demais pares das capitais nordestinas. Já Fortaleza, apesar de não estar muito descolada das demais capitais, está apenas na sétima colocação entre as demais capitais.

A esperança de vida ao nascer e a taxa de mortalidade infantil são indicadores-chave da qualidade do sistema de saúde e bem-estar da população. Embora tenham havido avanços em alguns locais, ainda existem capitais onde a infraestrutura de saúde não é suficiente para garantir um padrão adequado de atendimento e, conseqüentemente, a expectativa de vida é menor. Em relação ao indicador esperança de vida ao nascer, Maceió foi a única capital com índice menor que 73 anos. Já em relação ao indicador taxa de mortalidade infantil, Aracajú, Maceió, Salvador, São Luís e Teresina obtiveram os mais elevados índices entre os pares, acima de 16 mortes a cada mil crianças com até um ano de vida.

No caso de Fortaleza, apesar de não estar muito descolada das demais capitais, ficou apenas na quinta colocação entre as demais capitais em termos de esperança de vida ao nascer. Em relação à taxa de mortalidade infantil, Fortaleza manteve-se entre as menores taxas durante o período de 2010 a 2020. Esses dados, por serem também componentes do Índice de Desenvolvimento Humano, influenciam o posicionamento verificado nesse IDHM.

Questões relacionadas ao saneamento básico e coleta de lixo também têm um impacto direto na qualidade de vida das pessoas. Algumas capitais do Nordeste têm sistemas de saneamento e gestão de resíduos mais desenvolvidos, o que contribui para melhorar as condições de vida da população. No entanto, ainda existem áreas em que o acesso a esses serviços é limitado, afetando negativamente a saúde e a qualidade de vida dos moradores.

No que tange ao saneamento básico, observa-se que Salvador é a capital que tem a maior cobertura percentual de esgotamento sanitário. Por outro lado, Teresina está muito atrás neste aspecto. Já Fortaleza, apesar de estar em uma situação intermediária, ainda há muito a evoluir neste importante indicador. Enquanto para o indicador coleta de lixo Fortaleza teve quantitativamente o maior aumento de domicílios com atendimento do sistema de coleta de lixo entre 2013 e 2019. Já, em aumento percentual, Aracajú que se destacou, com aumento percentual de 20,02% em quantidade de domicílios com lixo coletado em relação ao aumento de domicílios acrescidos nesse período. Tais indicadores quanto mais disponíveis são mais desejáveis, por impactar indiretamente na qualidade de vida da população.

A alfabetização é um indicador crucial para o desenvolvimento humano e social. A falta de acesso à educação de qualidade pode perpetuar o ciclo de pobreza, limitando as oportunidades de emprego e a capacidade das pessoas de melhorarem suas condições de vida.

Portanto, investimentos em educação são essenciais para promover o desenvolvimento sustentável.

Fortaleza, Recife e Salvador, capitais que tiveram dados disponíveis para o indicador alfabetização, ainda enfrentam desafios em relação à alfabetização, incluindo desigualdades sociais e demanda por educação que pode superar a capacidade das instituições de ensino. Além disso, o analfabetismo funcional, que se refere à falta de habilidades de leitura e escrita necessárias para participar plenamente da sociedade, pode impactar negativamente a análise dos dados desse indicador.

Portanto, embora Fortaleza tenha feito avanços significativos na promoção da alfabetização, ainda existem desafios a serem enfrentados, e é fundamental que a cidade continue a investir na melhoria da qualidade da educação e no combate ao analfabetismo.

A renda até 2 salários mínimos é um indicador importante para avaliar a distribuição de renda e a situação econômica das famílias de baixa renda. Assim, esse nível de renda, em algumas capitais, pode destacar a necessidade de políticas públicas que abordem a desigualdade de renda e a promoção de uma distribuição mais equitativa dos recursos.

Ao observar-se o percentual de famílias com rendimento de até dois salários mínimos, Fortaleza, Recife e Salvador, capitais com dados disponíveis para essa análise, tiveram resultados percentuais próximos, no período 2011 a 2015, demonstrando-se que ainda há margem para que haja uma melhor redistribuição de renda e consequentemente redução da pobreza na Região Nordeste.

Por fim, a análise do número de empresas, pessoal ocupado e renda média mensal fornece insights sobre o ambiente econômico das capitais do Nordeste. Capitais com maior diversidade de empresas e maior número de pessoas empregadas geralmente tendem a apresentar melhores indicadores socioeconômicos, porém, com base nas capitais analisadas, no período 2010 a 2020, os resultados obtidos em algumas delas demonstraram que não houve um aumento proporcional de número de empresas a um aumento de pessoal ocupado e consequentemente aumento do salário médio mensal.

No caso de Aracajú, houve crescimento percentual expressivo do número de empresas, mas o número de pessoal ocupado não acompanhou esse crescimento. Em contraponto, Natal que teve aumento no percentual de empresas, acabou tendo redução no número de pessoal ocupado. Em relação a Fortaleza, também não ocorreu relação entre os indicadores, já que apesar da redução percentual do número de empresas, no período estudado, houve um pequeno aumento no número de pessoal ocupado e um aumento considerável no

salário médio mensal.

Em resumo, este estudo destacou a complexidade das realidades socioeconômicas nas capitais do Nordeste, evidenciando que a pobreza, emprego, renda, PIB, IDHM, saúde, educação e outros indicadores estão interconectados e requerem abordagens integradas para melhorar as condições de vida da população. O desenvolvimento sustentável nessas regiões exige ações coordenadas do governo, parcerias com o setor privado e a participação ativa das comunidades para enfrentar os desafios e alcançar uma sociedade mais justa e próspera para todos.

Sendo este estudo uma forma de destacar as áreas mais críticas da capital do Ceará, e, conseqüentemente, o seu nível de exclusão, foram citadas as características identificadas na construção de tabelas com base no PNAD, relatórios do IPECE e do Banco do Nordeste, para poder ter-se uma base de qual setor precisa ser reduzida a exclusão social.

Dessa forma, conforme verificado nas análises dos indicadores, Fortaleza pode balizar a escolha de políticas públicas voltadas a melhorar os seguintes indicadores:

Saneamento básico, em que pode haver uma troca de experiências com o governo do Município de Salvador, para que se possa verificar se o que está dando certo nesta cidade também possa dar certo em Fortaleza, para uma efetiva melhora nesse indicador; e

Alfabetização de pessoas com 5 anos ou mais, em que pode ser observado junto ao governo de Salvador como esta capital vem evoluindo com o passar dos anos o percentual de pessoas alfabetizadas, já que economicamente tem uma realidade mais próxima de Fortaleza.

Assim, especificamente, o objetivo deste trabalho foi analisar a situação de indicadores e em qual deles há margem para melhorar a vida dos fortalezenses, ao desenvolver políticas públicas com enfoque nas deficiências identificadas. Por isso a decisão da escolha desta pesquisa, contribuindo para pensar bases para o desenvolvimento de projetos de inclusão social. Para tal, foram analisados os contrastes sociais predominantes, realizado um estudo analítico acerca dos conceitos de crescimento, desenvolvimento e pobreza para uma melhor compreensão do tema, documentando a evolução dos indicadores sociais e econômicos de Fortaleza comparativa às demais capitais do Nordeste no período 2010-2020, por meio de indicadores sociais e econômicos selecionados.

Dessa forma, sendo neste estudo mostrado as necessidades da população, comprovado pelos dados do IBGE, IPECE e Banco do Nordeste. Apesar disso, como os dados desse trabalho ficaram basicamente limitados a essas três fontes, assim seria interessante uma continuação desse trabalho com análises de índices de crescimento e desenvolvimento com dados completos de períodos maiores comparando desde o plano real que é a base de

comparação desses indicadores, e também um maior enfoque na discussão desses dados em termos comparativos às demais capitais de cada região do país, uma vez que a concentração de renda tem perfis bastante diferentes em cada região do país.

REFERÊNCIAS

- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Esperança de vida ao nascer. 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planimha>>. Acesso em: 4 ago. 2023.
- BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormFinanciamentoPrestacoesFixas.do?method=exibirFormFinanciamentoPrestacoesFixas>>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, CE, n. 43, jul/set. 2015. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1290/1/2015_CJE_43.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- _____. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, CE, n. 65, out/dez. 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1312/1/2020_CJE_65.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- _____. **Diário Econômico ETENE**, Fortaleza, CE, n. 2, jan. 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1637/1/2018_DEE_02.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- _____. **Diário Econômico ETENE**, Fortaleza, CE, n. 2, jan. 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/688/1/2020_DEE_02.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- _____. **Quadro Macroeconômico Brasil e Nordeste 2000 a 2010**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, fev. 2012.
- BRASIL. Lei Nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Dispõe sobre a atualização do marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília-DF, 16 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Mortalidade infantil no Brasil**. Boletim epidemiológico, Brasília, DF, v. 52, n. 37, set. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2022/boletim-epidemiologico-vol-53-no37/view>>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: EESP/FGV, Texto para discussão n.157, p. 01-46, 31 maio 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2023.
- CASTRO, José Esteban. **O direito à água como política pública na América Latina**. IPEA, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2023.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 7 ed. São Paulo: Nacional, 1979.

IBGE. **Indicadores IBGE 2010**. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2010_dez.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de 2010 a 2020**. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2010 a 2020**. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

IBGE. **Síntese de Indicadores**. 2010 a 2020. Capitais do Nordeste. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

_____. **Síntese de Indicadores**. 2010 a 2020. Capitais do Nordeste. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE.

Produto Interno Bruto Municipal, Fortaleza, CE, n. 06, dez. 2022. Disponível em:

<https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/12/PIB_Municipal_2020.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE.

Relatório de inflação, Fortaleza, CE, n. 12, dez. 2016. Disponível em:

<https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2016/07/Relatorio_de_Inflacao_Dez2016.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

_____. **Relatório de inflação**, Fortaleza, CE, v. 1 n. 1, jan. 2018. Disponível em:

<https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Termometro_da_Inflacao_Dez2017.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

_____. **Relatório de inflação**, Fortaleza, CE, v. 2 n. 1, jan. 2019. Disponível em:

<https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/01/Termometro_da_Inflacao_N012019.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

_____. **Relatório de inflação**, Fortaleza, CE, v. 3 n. 1, jan. 2020. Disponível em:

<https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/01/Termometro_da_Inflacao_N012020.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

_____. **Relatório de inflação**, Fortaleza, CE, v. 4 n. 1, jan. 2021. Disponível em:

<https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/01/Termometro_da_Inflacao_N012021.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

KAKWANI, N. What is Poverty? **International Poverty Centre**. United Nations Development Programme, Brasília, n. 22, set. 2006.

LEMOS, José Jesus de Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MENEZES, Álvaro Tavares de. **Evolução da pobreza na região Nordeste no período de 2001-2009**. 2013. 184 f. TCC (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2013. Disponível em: <<https://www.repositoriobib.ufc.br/000014/00001485.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 2021/2022**. Tempos incertos, vidas instáveis: construir o futuro num mundo em transformação. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22overviewptpdf.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. 4. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, Hans; ANSARI, Javed. **Países ricos, países pobres**. Trad. José Ricardo Brandão de Azevedo. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

VENTURA, Manoel. **Brasil cai uma posição no ranking de desenvolvimento humano da ONU**. O Globo, Rio de Janeiro-RJ, 08, set. 2022. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/09/brasil-cai-tres-posicoes-no-ranking-global-de-desenvolvimento-humano-divulgado-pela-onu.ghtml>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TABELAS ELABORADAS A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA

Tabela 1 – População (unidades)

ANO	Capitais do Nordeste								
	Aracajú	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
2010	571.149	2.452.185	723.515	932.748	803.739	1.537.704	2.675.656	1.014.837	814.230
2011	579.563	2.476.589	733.155	943.110	810.780	1.546.516	2.693.606	1.027.430	822.364
2012	587.701	2.500.194	742.478	953.393	817.590	1.555.039	2.710.968	1.039.610	830.231
2013	614.577	2.551.806	769.607	996.733	853.928	1.599.513	2.883.682	1.053.922	836.475
2014	623.766	2.571.896	780.738	1.005.319	862.044	1.608.488	2.902.927	1.064.197	840.600
2015	632.744	2.591.188	791.438	1.013.773	869.954	1.617.183	2.921.087	1.073.893	844.245
2016	641.523	2.609.716	801.718	1.021.709	877.662	1.625.583	2.938.092	1.082.935	847.430
2017	650.106	2.627.482	811.598	1.029.129	885.180	1.633.697	2.953.986	1.091.868	850.198
2018	648.939	2.643.247	800.323	1.012.382	877.640	1.637.834	2.857.329	1.094.667	861.442
2019	657.013	2.669.342	809.015	1.018.948	884.122	1.645.727	2.872.347	1.101.884	864.845
2020	664.908	2.686.612	817.511	1.025.360	890.480	1.653.461	2.886.698	1.108.975	868.075
2022	602.757	2.428.678	833.932	957.916	751.300	1.488.920	2.418.005	1.037.775	866.300

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

ANO	Capitais do Nordeste								
	Aracajú	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
2010	0,770	0,754	0,763	0,721	0,763	0,772	0,759	0,768	0,751

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 3 – Esperança de vida ao nascer (anos)

ANO	Capitais do Nordeste x Capitais do Sudeste e Capitais do Sul								
	Aracajú	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
2010	74,36	74,41	74,89	72,94	75,08	74,50	75,10	73,76	74,22

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Atlas Brasil

Tabela 4 – Taxa de mortalidade infantil (um a cada mil)

ANO	Variáveis	Capitais do Nordeste								
		Aracajú	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
2010	Tx. M. Inf.	17,83	11,92	12,43	16,12	12,47	12,89	16,91	16,02	16,55
	Nascidos vivos	9.367	36.755	11.503	15.201	11.548	21.796	36.427	17.295	13.472
	Óbitos < 1 ano	167	438	143	245	144	281	616	277	223
2011	Tx. M. Inf.	13,96	12,80	12,37	15,07	10,16	12,56	16,15	16,32	16,15
	Nascidos vivos	9.742	37.511	11.641	15.466	12.199	22.218	37.393	18.316	13.936
	Óbitos < 1 ano	136	480	144	233	124	279	604	299	225
2012	Tx. M. Inf.	15,36	11,18	14,07	15,40	12,61	12,15	16,68	15,23	16,22
	Nascidos vivos	9.375	37.577	11.302	14.873	12.211	22.633	37.163	18.059	13.813
	Óbitos < 1 ano	144	420	159	229	154	275	620	275	224
2013	Tx. M. Inf.	14,93	11,79	12,30	14,30	12,75	12,38	17,56	16,91	14,68
	Nascidos vivos	9.374	36.822	11.549	15.172	11.840	23.176	36.456	17.204	13.356
	Óbitos < 1 ano	140	434	142	217	151	287	640	291	196
2014	Tx. M. Inf.	17,84	11,39	13,33	14,38	12,14	11,95	15,87	17,11	15,14
	Nascidos vivos	9.586	38.195	11.779	14.886	11.862	23.506	36.676	16.536	13.934
	Óbitos < 1 ano	171	435	157	214	144	281	582	283	211
2015	Tx. M. Inf.	15,84	11,59	10,65	14,59	14,46	10,48	14,85	17,47	14,02
	Nascidos vivos	9.662	39.512	12.299	15.558	12.239	23.664	36.637	16.998	13.976
	Óbitos < 1 ano	153	458	131	227	177	248	544	297	196
2016	Tx. M. Inf.	14,89	11,40	13,07	14,53	13,20	11,91	15,51	15,82	14,84
	Nascidos vivos	8.867	37.451	11.706	14.107	11.517	21.413	35.017	15.930	13.474
	Óbitos < 1 ano	132	427	153	205	152	255	543	252	200
2017	Tx. M. Inf.	17,20	13,54	12,92	12,18	13,31	10,83	14,56	17,36	16,49
	Nascidos vivos	9.068	36.718	12.149	14.533	11.493	22.817	35.367	15.549	14.073
	Óbitos < 1 ano	156	497	157	177	153	247	515	270	232
2018	Tx. M. Inf.	18,17	11,44	10,56	13,44	10,96	10,53	15,74	15,73	13,85
	Nascidos vivos	9.358	35.833	12.404	15.029	12.318	22.212	34.808	15.959	14.075
	Óbitos < 1 ano	170	410	131	202	135	234	548	251	195

Continua

Tabela 4 – Taxa de mortalidade infantil (um a cada mil)

ANO	Variáveis	Capitais do Nordeste								
		Aracajú	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
2019	Tx. M. Inf.	16,94	11,67	12,65	14,22	12,88	11,50	15,58	13,96	14,02
	Nascidos vivos	8.617	34.957	12.091	14.556	10.640	21.132	32.988	15.685	13.624
	Óbitos < 1 ano	146	408	153	207	137	243	514	219	191
2020	Tx. M. Inf.	16,72	12,02	11,22	11,89	9,52	11,20	14,76	13,09	12,10
	Nascidos vivos	8.256	32.376	11.409	13.710	10.825	19.547	30.149	14.287	12.725
	Óbitos < 1 ano	138	389	128	163	103	219	445	187	154

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 5 – Domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo

ANO	Variáveis	Capitais do Nordeste								
		Aracajú	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
2013	Total	187.989	753.303	240.787	300.124	235.753	514.900	988.528	289.573	240.753
	Percentual	98,50	98,00	97,50	98,40	92,60	97,70	98,00	93,00	97,70
2019	Total	226.217	860.643	271.207	345.010	294.482	580.073	1.067.470	341.207	266.312
	Percentual	99,50	98,90	99,80	98,80	99,30	98,50	99,80	95,80	97,20

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 6 – Domicílios com existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial

ANO	Variáveis	Capitais do Nordeste								
		Aracajú	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
2013	Total	162.034	535.645	166.813	97.992	79.750	328.080	966.074	152.903	41.412
	Percentual	84,90	69,70	67,60	32,10	31,30	62,30	95,80	49,10	16,80
2019	Total	194.577	628.485	228.458	175.040	148.000	446.100	1.049.160	188.601	39.275
	Percentual	85,60	72,30	84,10	50,10	49,90	75,70	98,10	52,90	14,30

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 7 – Domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza, por situação do domicílio

ANO	Variáveis	Capitais do Nordeste								
		Aracajú	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
2013	Total	189.164	765.063	237.106	301.670	251.400	516.330	978.901	299.860	229.606
	Percentual	99,20	99,50	96,10	98,90	98,80	98,00	97,00	96,30	93,10
2019	Total	227.040	866.367	268.990	347.580	296.100	586.890	1.066.160	338.223	253.144
	Percentual	99,90	99,60	99,00	99,50	99,90	99,60	99,70	94,90	92,40

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 8 – Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação, sexo e alfabetização

Ano	Variáveis	Alfabetização	Região Metropolitana x Sexo					
			Fortaleza		Recife		Salvador	
			Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2011	Qde (mil pessoas)	Alfabetizadas	1.454	1.649	1.530	1.744	1.558	1.769
		Não alfabetizadas	174	181	134	173	104	136
	Percentual	Alfabetizadas	42,05	47,70	42,73	48,70	43,67	49,60
		Não alfabetizadas	5,03	5,22	3,74	4,83	2,91	3,82
2012	Qde (mil pessoas)	Alfabetizadas	1.465	1.680	1.541	1.751	1.614	1.785
		Não alfabetizadas	181	179	144	175	94	124
	Percentual	Alfabetizadas	41,81	47,93	42,68	48,49	44,61	49,35
		Não alfabetizadas	5,16	5,11	3,98	4,85	2,61	3,43
2013	Qde (mil pessoas)	Alfabetizadas	1.516	1.686	1.526	1.753	1.606	1.826
		Não alfabetizadas	177	173	143	200	103	117
	Percentual	Alfabetizadas	42,67	47,47	42,13	48,39	43,98	50,00
		Não alfabetizadas	4,99	4,87	3,96	5,51	2,83	3,19
2014	Qde (mil pessoas)	Alfabetizadas	1.536	1.698	1.562	1.804	1.604	1.884
		Não alfabetizadas	182	169	120	152	92	112
	Percentual	Alfabetizadas	42,84	47,37	42,93	49,59	43,44	51,03
		Não alfabetizadas	5,08	4,71	3,30	4,19	2,50	3,03
2015	Qde (mil pessoas)	Alfabetizadas	1.549	1.712	1.558	1.826	1.646	1.907
		Não alfabetizadas	184	167	135	184	83	104
	Percentual	Alfabetizadas	42,90	47,40	42,07	49,30	44,00	50,99
		Não alfabetizadas	5,09	4,61	3,65	4,98	2,22	2,79

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 9 – Domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal domiciliar, por situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar – até 2 salários mínimos

Classes de rendimento mensal domiciliar	Variável	Ano x Região Metropolitana														
		2011			2012			2013			2014			2015		
		Fort.	Rec.	Salv.	Fort.	Rec.	Salv.	Fort.	Rec.	Salv.	Fort.	Rec.	Salv.	Fort.	Rec.	Salv.
Total	Domicílios particulares (Mil unids)	1.101	1.198	1.253	1.134	1.220	1.294	1.140	1.256	1.331	1.183	1.265	1.381	1.201	1.273	1.384
	Domicílios particulares (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Valor do rendimento médio mensal domiciliar (R\$)	2.088	1.943	2.402	2.248	2.180	2.617	2.359	2.227	3.008	2.506	2.738	3.056	2.552	2.740	2.935
Até 1 salário mínimo	Domicílios particulares (Mil unids)	161	180	172	163	186	183	150	195	177	183	193	217	205	250	232
	Domicílios particulares (%)	14,62	15,03	13,75	14,37	15,22	14,13	13,12	15,55	13,30	15,49	15,29	15,75	17,06	19,66	16,78
	Valor do rendimento médio mensal domiciliar (R\$)	424	424	413	489	486	492	520	519	520	587	579	547	583	581	604

Continua

Conclusão

Tabela 9 – Domicílios particulares e Valor do rendimento médio mensal domiciliar, por situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar – até 2 salários mínimos

Classes de rendimento mensal domiciliar	Variável	Ano x Região Metropolitana														
		2011			2012			2013			2014			2015		
		Fort.	Rec.	Salv.	Fort.	Rec.	Salv.	Fort.	Rec.	Salv.	Fort.	Rec.	Salv.	Fort.	Rec.	Salv.
Mais de 1 a 2 salários mínimos	Domicílios particulares (Mil unids)	291	286	290	308	309	326	303	321	312	325	311	333	348	365	360
	Domicílios particulares (%)	26,40	23,86	23,11	27,17	25,34	25,17	26,58	25,57	23,40	27,43	24,61	24,12	29,00	28,64	26,00
	Valor do rendimento médio mensal domiciliar (R\$)	840	825	824	952	950	953	1.040	1.041	1.024	1.111	1.095	1.099	1.190	1.183	1.188

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 10 – Unidades locais, empresas e outras organizações atuantes, pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado, pessoal assalariado médio, salários e outras remunerações e salário médio mensal

Cidades	Variáveis	Ano										
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Aracaju	Nº de empresas	13.997	14.108	14.818	15.175	14.574	14.552	15.188	15.064	15.236	16.668	17.395
	Pessoal ocupado	225.595	234.615	237.905	246.902	255.511	244.886	232.136	232.602	232.679	234.607	226.722
	Sal. Médio (R\$)	1.740,80	1.892,41	2.064,83	2.146,86	2.355,52	2.420,02	2.568,92	2.863,50	3.017,72	2.962,56	2.945,07
	Sal. médio real (R\$)	3.029,21	3.092,05	3.187,61	3.129,31	3.226,63	2.995,37	2.991,51	3.239,00	3.290,06	3.096,47	2.945,07

Continua

Continuação

Tabela 10 – Unidades locais, empresas e outras organizações atuantes, pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado, pessoal assalariado médio, salários e outras remunerações e salário médio mensal

Cidades	Variáveis	Ano										
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Fortaleza	Nº de empresas	63.900	63.646	64.674	66.446	60.799	60.490	59.046	58.323	56.922	60.618	62.532
	Pessoal ocupado	806.109	839.478	873.746	884.344	910.187	880.791	847.545	841.351	849.045	849.116	818.765
	Sal. Médio (R\$)	1.423,76	1.531,06	1.678,18	1.851,15	1.997,86	2.158,06	2.368,55	2.543,56	2.706,12	2.736,99	2.838,03
	Sal. médio real (R\$)	2.477,52	2.501,63	2.590,72	2.698,27	2.736,70	2.671,13	2.758,18	2.877,10	2.950,34	2.860,70	2.838,03
João Pessoa	Nº de empresas	17.457	17.438	17.753	18.746	18.024	18.350	18.651	18.638	18.545	20.316	21.584
	Pessoal ocupado	299.500	305.899	313.883	320.330	326.765	314.982	300.491	292.793	288.866	296.943	292.533
	Sal. Médio (R\$)	1.456,68	1.554,59	1.672,63	1.803,56	1.961,67	2.092,67	2.310,91	2.511,01	2.626,87	2.672,64	2.745,04
	Sal. médio real (R\$)	2.534,81	2.540,08	2.582,15	2.628,91	2.687,13	2.590,20	2.691,06	2.840,28	2.863,94	2.793,44	2.745,04
Maceió	Nº de empresas	16.461	16.370	16.694	17.770	17.260	17.681	17.811	18.088	17.841	19.076	20.118
	Pessoal ocupado	252.823	265.282	277.092	290.597	294.120	284.062	273.817	272.064	267.119	273.026	278.233
	Sal. Médio (R\$)	1.529,89	1.566,09	1.672,06	1.854,91	2.029,19	2.144,42	2.333,03	2.524,89	2.688,30	2.709,59	2.771,29
	Sal. médio real (R\$)	2.662,20	2.558,87	2.581,27	2.703,76	2.779,62	2.654,25	2.716,82	2.855,98	2.930,91	2.832,06	2.771,29
Natal	Nº de empresas	21.855	22.157	23.065	23.496	21.958	22.571	22.356	22.124	22.085	23.725	24.028
	Pessoal ocupado	329.503	336.604	348.891	344.487	347.344	337.718	325.032	324.221	314.728	322.377	309.592
	Sal. Médio (R\$)	1.576,93	1.727,18	1.883,53	2.068,70	2.249,11	2.410,19	2.624,73	2.789,54	2.991,25	3.027,22	3.132,97
	Sal. médio real (R\$)	2.744,06	2.822,08	2.907,73	3.015,38	3.080,87	2.983,21	3.056,50	3.155,34	3.261,20	3.164,05	3.132,97
Recife	Nº de empresas	41.071	41.220	43.112	44.174	41.954	42.126	41.961	42.118	41.701	45.483	46.643
	Pessoal ocupado	674.351	759.838	789.968	819.157	808.214	759.391	727.807	717.517	705.172	718.741	686.691
	Sal. médio (R\$)	1.698,09	1.833,34	1.985,29	2.175,57	2.384,51	2.560,64	2.752,85	3.019,02	3.192,10	3.249,00	3.336,28
	Sal. médio real (R\$)	2.954,89	2.995,53	3.064,82	3.171,16	3.266,34	3.169,43	3.205,70	3.414,91	3.480,18	3.395,85	3.336,28
Salvador	Nº de empresas	58.921	58.405	58.673	61.675	57.618	58.058	58.319	58.432	57.066	60.086	59.770
	Pessoal ocupado	883.782	910.402	927.774	915.096	930.031	890.643	841.999	844.748	849.711	824.912	808.116
	Sal. médio (R\$)	1.769,76	1.906,55	2.092,22	2.258,20	2.501,26	2.776,45	2.993,07	3.191,98	3.304,29	3.400,74	3.421,76
	Sal. médio real (R\$)	3.079,61	3.115,15	3.229,90	3.291,60	3.426,27	3.436,55	3.485,43	3.610,55	3.602,50	3.554,45	3.421,76

Continua

Conclusão

Tabela 10 – Unidades locais, empresas e outras organizações atuantes, pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado, pessoal assalariado médio, salários e outras remunerações e salário médio mensal

Cidades	Variáveis	Ano										
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
São Luís	Nº de empresas	19.082	19.585	20.073	20.656	18.166	18.747	18.756	19.263	19.394	20.889	22.434
	Pessoal ocupado	344.521	365.376	383.734	385.496	377.643	368.937	359.947	365.192	369.816	371.480	371.940
	Sal. médio (R\$)	1.664,68	1.774,13	1.922,27	2.102,53	2.341,38	2.437,56	2.691,47	2.824,55	3.078,18	3.068,58	3.240,49
	Sal. médio real (R\$)	2.896,75	2.898,79	2.967,54	3.064,69	3.207,26	3.017,08	3.134,22	3.194,94	3.355,98	3.207,28	3.240,49
Teresina	Nº de empresas	16.582	16.922	17.577	18.290	17.098	17.855	17.876	18.747	18.705	19.296	20.176
	Pessoal ocupado	268.618	277.506	291.324	301.719	311.879	312.137	298.736	304.981	301.449	303.921	289.096
	Sal. médio (R\$)	1.430,67	1.529,60	1.661,97	1.833,32	1.988,70	2.207,39	2.457,57	2.652,24	2.739,80	2.735,53	2.786,14
	Sal. médio real (R\$)	2.489,55	2.499,25	2.565,69	2.672,29	2.724,15	2.732,19	2.861,84	3.000,03	2.987,06	2.859,18	2.786,14

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 11 – Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita real – Fortaleza, Recife e Salvador – 2010-2020 (a preços de 2020 em Reais)

Cidades	Variáveis	Ano					
		2010	2016	2017	2018	2019	2020
Fortaleza	PIB						
	nominal	37.001.831.000	60.088.001.000	61.592.347.000	66.381.302.000	67.401.430.000	65.160.893.000
	PIB real	65.855.856.420	70.213.617.890	70.373.976.670	73.708.187.330	71.270.272.080	65.160.893.000
	PIB						
	nominal						
	per capita	15.118,78	23.024,73	23.441,59	25.113,54	25.250,20	24.253,93
Recife	PIB real	26.908,40	26.904,70	26.783,81	27.885,47	26.699,56	24.253,93
	PIB						
	nominal	33.369.681.000	49.405.397.000	51.839.333.000	52.404.684.000	54.688.386.000	50.311.002.000
	PIB real	58.495.971.230	57.518.832.670	58.418.811.010	57.425.045.390	57.783.748.650	50.311.002.000
	PIB						
	nominal						
Salvador	per capita	21.711,85	30.392,42	31.731,30	31.996,33	33.230,53	30.427,69
	PIB real	38.060,17	35.383,51	35.758,65	35.061,57	35.111,38	30.427,69
	PIB						
	nominal	40.762.687.000	61.168.158.000	62.823.699.000	63.534.708.000	63.902.294.000	58.938.115.000
	PIB real	70.456.400.270	70.467.436.400	70.858.298.560	68.877.584.930	66.656.482.870	58.938.115.000
	PIB						
Salvador	nominal						
	per capita	15.229,24	20.819,01	21.267,43	22.235,70	22.247,41	20.417,14
	PIB real						
	per capita	26.323,03	23.984,08	23.987,35	24.105,59	23.206,27	20.417,14

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco do Nordeste e IPECE

Tabela 12 – Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita real – Aracaju, João Pessoa, Maceió, Natal, São Luís, Teresina e Brasil – 2010-2020 (a preços de 2020 em Reais)

Cidades/País	Variáveis	Ano		
		2010	2019	2020
Aracaju	PIB nominal	9.603.945.000	17.529.350.000	16.447.105.000
	PIB real	16.441.591.190	18.255.065.090	16.447.105.000
	PIB nominal per capita	16.821,37	26.680,37	24.735,91
	PIB real per capita	28.797,55	27.784,94	24.735,91
João Pessoa	PIB nominal	10.843.958.000	20.846.014.000	20.766.551.000
	PIB real	18.869.865.160	21.788.253.830	20.766.551.000
	PIB nominal per capita	14.987,90	25.767,15	25.402,17
	PIB real per capita	26.080,85	26.931,83	25.402,17
Maceió	PIB nominal	12.369.801.000	23.367.034.000	22.872.756.000
	PIB real	21.525.025.910	24.423.223.940	22.872.756.000
	PIB nominal per capita	13.263,67	22.932,51	22.307,05
	PIB real per capita	23.080,47	23.969,06	22.307,05

Continua

Conclusão

Tabela 12 – Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita real – Aracajú, João Pessoa, Maceió, Natal, São Luís, Teresina e Brasil – 2010-2020 (a preços de 2020 em Reais)

Cidades/País	Variáveis	Ano		
		2010	2019	2020
Natal	PIB nominal	12.918.972.000	24.139.377.000	22.729.773.000
	PIB real	22.480.653.250	25.230.476.840	22.729.773.000
	PIB nominal per capita	16.072,15	27.303,22	25.525,30
	PIB real per capita	27.967,58	28.537,33	25.525,30
São Luís	PIB nominal	18.211.488.000	32.102.448.000	33.074.010.000
	PIB real	31.702.170.630	33.935.497.780	33.074.010.000
	PIB nominal per capita	17996,55	29.134,14	29.823,95
	PIB real per capita	31.328,01	30.797,70	29.823,95
Teresina	PIB nominal	10.627.694.000	22.007.482.000	21.578.875.000
	PIB real	18.493.538.310	23.002.220.190	21.578.875.000
	PIB nominal per capita	13.049,10	25.446,74	24.858,31
	PIB real per capita	22.707,09	26.596,93	24.858,31
Brasil	PIB nominal	3.885.847.000.000	7.389.131.000.000	7.609.597.000.000
	PIB real	6.761.867.661.660	7.723.119.721.200	7.609.597.000.000
	PIB nominal per capita	19.883,00	34.353,00	35.188,00
	PIB real per capita	34.598,95	35.905,76	35.188,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco do Nordeste e IPECE

Tabela 13 – Produto Interno Bruto per capita – capitais do Nordeste – 2010-2020 (preços correntes em Reais)

ANO	Capitais do Nordeste								
	Aracajú	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
2010	16.821,37	15.118,78	14.987,90	13.263,67	16.072,15	21.711,85	15.229,24	17.996,55	13.049,10
2011	18.664,29	16.714,34	16.252,27	14.929,45	18.133,12	24.332,68	16.452,35	19.420,27	14.803,97
2012	21.388,73	18.308,75	18.872,20	16.223,29	20.233,41	27.581,69	17.683,85	21.813,80	16.076,89
2013	22.902,24	19.499,43	19.493,86	16.510,67	21.623,72	29.240,89	18.542,84	21.950,81	17.638,29
2014	23.887,75	21.819,17	22.350,05	18.170,08	22.157,34	31.405,82	19.480,80	25.660,71	21.145,17
2015	25.081,61	22.079,14	23.087,77	20.409,05	23.669,22	29.718,26	19.827,59	24.954,17	20.891,09
2016	25.825,55	23.024,73	23.374,87	20.852,58	24.908,28	30.392,42	20.819,01	26.179,47	22.611,39
2017	25.190,44	23.441,59	24.323,27	21.223,64	26.501,57	31.731,30	21.267,43	27.335,53	22.486,10
2018	26.779,43	25.113,54	24.752,78	22.123,34	26.630,90	31.996,33	22.235,70	30.673,57	24.340,67
2019	26.680,37	25.250,20	25.767,15	22.932,51	27.303,22	33.230,53	22.247,41	29.134,14	25.446,74
2020	24.735,91	24.253,93	25.402,17	22.307,05	25.525,30	30.427,69	20.417,14	29.823,95	24.858,31

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 14 – IPCA anual acumulado

ANO	IPCA	IPCA NA BASE 100 (A)	A+1	ÍNDICE DE CORREÇÃO ¹
2010	5,91%	0,0591	1,0591	1,7401
2011	6,50%	0,0650	1,0650	1,6339
2012	5,84%	0,0584	1,0584	1,5438
2013	5,91%	0,0591	1,0591	1,4576

Continua

Conclusão

Tabela 14 – IPCA anual acumulado

ANO	IPCA	IPCA NA BASE 100 (A)	A+1	ÍNDICE DE CORREÇÃO ¹
2014	6,41%	0,0641	1,0641	1,3698
2015	10,67%	0,1067	1,1067	1,2377
2016	6,29%	0,0629	1,0629	1,1645
2017	2,95%	0,0295	1,0295	1,1311
2018	3,75%	0,0375	1,0375	1,0902
2019	4,31%	0,0431	1,0431	1,0452
2020	4,52%	0,0452	1,0452	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 15 – IPCA Acumulado em doze meses (em dezembro) de capitais do Nordeste (percentual)

Ano	Região Metropolitana				
	Aracajú	Fortaleza	Recife	Salvador	São Luís
2010		6,52	4,63	6,21	
2016		8,34	7,10	6,72	
2017		2,27	3,31	2,14	
2018	2,64	2,90	2,84	4,04	2,65
2019	4,11	5,01	3,71	3,93	4,28
2020	4,14	5,74	5,66	4,31	5,71

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco do Nordeste e IPECE

Tabela 16 – IPCA Acumulado em doze meses (em dezembro) do Nordeste e do Brasil (percentual)

Ano	NE x Brasil	
	Nordeste	Brasil
2010		5,91
2011		6,50
2012	6,53	5,84
2013	5,99	5,91
2014	6,03	6,41
2015	9,10	10,67
2016	7,19	6,29
2017	2,55	2,95
2018	3,40	3,75
2019	4,12	4,31
2020	5,10	4,52

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco do Nordeste e IBGE

Tabela 17 – Produto Interno Bruto (PIB) – capitais do Nordeste – 2010-2020 (preços correntes em mil Reais)

ANO	Capitais da Região Nordeste								
	Aracajú	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
2010	9.603.945	37.001.831	10.843.958	12.369.801	12.918.972	33.369.681	40.762.687	18.211.488	10.627.694
2011	10.817.133	41.394.561	11.915.435	14.080.116	14.701.974	37.630.879	44.316.152	19.952.970	12.174.255
2012	12.570.179	45.775.429	14.012.192	15.467.174	16.542.636	42.890.606	47.940.350	22.677.841	13.347.531
2013	14.075.190	49.758.763	15.002.609	16.456.725	18.465.101	46.771.183	53.471.659	23.134.440	14.753.990
2014	14.900.367	56.116.644	17.449.530	18.266.729	19.100.605	50.515.887	56.551.329	27.308.046	17.774.629
2015	15.870.236	57.211.200	18.272.539	20.690.141	20.591.133	48.059.861	57.918.103	26.798.107	17.637.197
2016	16.567.686	60.088.001	18.740.050	21.305.268	21.861.053	49.405.397	61.168.158	28.350.665	19.161.573
2017	16.376.457	61.592.347	19.740.717	21.841.866	23.458.658	51.839.333	62.823.699	29.846.794	19.117.641
2018	17.378.213	66.381.302	19.810.216	22.397.272	23.372.340	52.404.684	63.534.708	33.577.348	20.968.077
2019	17.529.350	67.401.430	20.846.014	23.367.034	24.139.377	54.688.386	63.902.294	32.102.448	22.007.482
2020	16.447.105	65.160.893	20.766.551	22.872.756	22.729.773	50.311.002	58.938.115	33.074.010	21.578.875

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

Tabela 18 – Produto Interno Bruto (PIB) – Nordeste x Brasil – 2010-2020 (preços correntes em mil Reais)

ANO	Nordeste x Brasil	
	Nordeste	Brasil
2010	522.769.000	3.885.847.000
2011	583.413.000	4.376.382.000
2012	653.067.000	4.814.760.000
2013	724.523.790	5.331.618.957
2014	805.099.103	5.778.952.780
2015	848.579.383	5.995.787.000
2016	898.361.847	6.269.328.000
2017	953.428.747	6.585.479.000
2018	1.004.827.440	7.004.141.000
2019	1.047.765.997	7.389.131.000
2020	1.079.331.031	7.609.597.000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE